



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Diligência e Audiência Pública	Nº: 0072/13	DATA: 25/02/2013
INÍCIO: 10h45min	TÉRMINO: 13h41min	DURAÇÃO: 02h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h56min	PÁGINAS: 63	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ADRIANO BATISTA DO COUTO - Vereador, Presidente da Câmara de Vereadores de Altamira. ASSIS OLIVEIRA - Professor. ANTÔNIA PEREIRA MARTINS - Representante do Movimento de Mulheres de Altamira. MÔNICA BRITO SOARES - Representante de Movimento Sindical. LUCENILDA DALCI MONTE - Coordenadora do Conselho Tutelar em Altamira. MARIA IVONETE COUTINHO DA SILVA- Professora da Universidade Federal do Pará. MARCELO SOUZA DIAS - Representante do Fórum da Amazônia Oriental. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Delegado da Polícia Civil. THALITA FEITOZA - Delegada da Polícia Civil. THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA - Procuradora da República em Altamira. GERUSA GOUVEIA - Vereadora. ANELISE WOLLINGER KOERICH - Delegada-Chefe da Polícia Federal em Altamira.

SUMÁRIO: Audiência pública destinada à oitiva de instituições, entidades e pessoas a respeito do tráfico humano no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011.

OBSERVAÇÕES
Reunião realizada na Câmara Municipal de Altamira, Estado do Pará. Há oradores não identificados em breves intervenções. Há termos ininteligíveis. Há intervenções fora do microfone., inaudíveis e ininteligíveis. Há falhas na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todas e a todos os presentes.

Nós vamos aqui iniciar a nossa audiência... E, de antemão, propor aqui um pouco a quebra do nosso protocolo, porque nós estamos aqui fazendo uma audiência da Câmara Federal, através da Comissão de... Da CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o tráfico humano no Brasil compreendido de 2003 a 2011. E, sob o marco legal da Convenção de Palermo... E estamos aqui também com a presença da CPI do Trabalho Escravo, presidida pelo Deputado Puty.

Eu presido a Comissão de Tráfico de Pessoas, e o Deputado José Augusto Maia... Eu sou o Deputado Arnaldo Jordy. Deputado Cláudio Puty e Deputado José Augusto Maia, que é do PTB de Pernambuco e é membro da nossa Comissão também do tráfico humano da Câmara Federal.

E aprovamos a realização desta audiência pública aqui em Altamira, que era para ser realizada na semana passada. No entanto, nós tivemos prudência porque as instituições, tanto a Polícia Civil, a Polícia Federal, as organizações que estavam envolvidas na investigação do episódio havido aqui de resgate de 34 mulheres que estavam sob condições atípicas e até criminosas, em cárcere privado aqui no Município de Vitória do Xingu, na fronteira com o Município de Altamira. Essas investigações estavam em curso, e nós achamos então conveniente aguardar o desempenho dessas investigações para depois, então, hoje, fazermos aqui a nossa audiência pública. Eu sugiro que a gente possa fazê-la da forma mais informal possível.

Queria, de antemão, agradecer ao Vereador Adriano Batista do Couto, que prontamente aquiesceu ao nosso pedido para que esta audiência pudesse ser feita aqui nas dependências da Câmara Municipal. Em nome dele, eu queria agradecer a todos os demais Vereadores, inclusive os que estão presentes aqui. O Vereador Aldo Boaventura, o Vereador Almiro Gonçalves de Andrade, o Vereador João Martins Artur, o Vereador João Roberto Mendes, o Vereador Luiz Carlos da Silva e o Vereador Victor Conde de Oliveira, segundo me consta aqui, estão presentes. Não



sei se tem mais algum outro Vereador ou Vereadora presente que, porventura, não tenha aqui registrado.

Em nome de todos os presentes, agradeço a toda a Câmara Municipal de Altamira, através do seu Presidente, repito, que aquiesceu ao nosso pedido.

Bom, portanto, declaro aberta esta 40ª reunião da Comissão Parlamentar destinada a investigar o tráfico de pessoas. Esta audiência destina-se a ouvir as instituições, entidades e qualquer pessoa que queira fazer um depoimento, dar uma declaração, prestar uma informação ou alguma pergunta nesta audiência pública, está facultado o direito de fazê-lo. A gente pede apenas, por uma questão regimental, que cada inscrito possa se restringir ao tempo de 3 minutos. Evidente que a Mesa terá a tolerância devida durante as intervenções, e o Srs. Deputados também terão o direito e a oportunidade de intervir também pedindo, prestando ou trazendo alguma informação de interesse desta audiência.

Eu queria convidar pra fazer parte aqui da nossa Mesa de trabalho a Dra. Thais Santi Cardoso da Silva, que já está aqui presente, Procuradora da República aqui em Altamira, do Ministério Público Federal. Queria convidar a Dra. Nelita Sousa, do Ministério do Planejamento — não sei se está aí —, pra fazer parte aqui da nossa Mesa também. Queria convidar o Dr. Cristiano ou a Dra. Thalita, que representa a Secretaria de Segurança Pública. São delegados da Polícia Civil que também foram convidados. Queria também anunciar — já está presente aí — a Dra. Anelise Koerich — é isso? —, que é Delegada Chefe da Polícia Federal aqui em Altamira. Queria convidar também a Profa. Ivonete, a Netinha, da Universidade Federal do Pará, pra integrar aqui a nossa Mesa. Queria convidar a Lucenilda, a Lucinha Monte, que é Coordenadora do Conselho Tutelar aqui de Altamira. Queria convidar a Antônia Martins, que é do Movimento de Mulheres, também pra integrar aqui a nossa Mesa. Queria convidar o Vereador Adriano Batista, Presidente da Câmara. Está aí? Queria convidar também a Sra. Mônica Brito, Coordenadora do SINTEPE. Está aí presente? Está. Queria convidar também a Sra. Nilda Ferreira, do CIMI. Queria registrar também aqui a presença da Sra. Maira Irigaray, do Amazon Watch; a Sra. Márcia Helena, do Movimento Negro Xingu Vivo; o Sr. Fernando Pinheiro, coordenador do setor de educação e saúde; a Sra. Ana Miléo, do Movimento de Mulheres da UEPA; Marcelo Dias, do Fórum Estadual da Pessoa Humana. Queria



registrar a presença do ex-Deputado Nadir Neves também, que está presente aqui. Muito prazer tê-lo aqui em nossa audiência.

O nosso Presidente Adriano teve que se retirar rapidamente e já está retornando.

Bom, ao longo da audiência a gente vai anunciando as outras entidades e personalidades da sociedade civil, instituições que por ventura estejam conosco aqui.

Portanto, o objetivo, só para a gente já iniciar, sem maiores formalidades o nosso debate, o nosso objetivo aqui nesta audiência é ouvir todas as pessoas interessadas, todas as entidades dos movimentos sociais, todas as instituições que estão aqui presentes. Por fim, ao cabo, qualquer cidadão presente aqui também na nossa audiência que queira se manifestar...

A gente vai pedir um pouco só de celeridade nisso, porque a nossa agenda... Além desta audiência, nós vamos visitar, pretendemos visitar o local onde houve o episódio de resgate dessas moças. Vamos ouvir também o depoimento, em caráter sigiloso, de algumas vítimas. E temos que retornar ainda hoje para Belém, porque às cinco e meia da tarde nós vamos ouvir o Adão, a esposa dele, o Chico, o Alemão, todas as pessoas que estão presas lá em Belém, no Complexo de Americano.

Então, nós temos uma agenda extremamente extensa hoje, relativa a esse episódio. Vamos ouvir ainda a Delegada Thalita aqui e a Delegada Simone, lá em Belém, que colheu o depoimento da integralidade das vítimas, inclusive da menor, que já foi recambiada pro seu Estado. Enfim, nós temos ainda uma agenda extensa. Então, eu pediria que a gente tivesse o máximo de objetividade em nossa audiência pública.

Eu vou passar a palavra, para uma saudação, ao Deputado Cláudio Puty, depois ao Deputado José Augusto Maia, para fazer suas considerações. Depois iniciaremos ouvindo as instituições e as pessoas que queiram manifestar-se.

Eu queria; antes de mais nada, também convidar para fazer parte da nossa Mesa o Prof. Assis Oliveira, Coordenador da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual em Altamira. Ele também já está presente aí. Eu queria que ele viesse também integrar a Mesa dos trabalhos.

Deputado Cláudio Puty com a palavra.



O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Obrigado, Deputado Jordy. Eu queria saudar todos os membros da audiência, representantes do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, do Ministério do Planejamento, das entidades da sociedade civil, do SINTEP, do Movimento Xingu Vivo, das instituições de defesa dos direitos das crianças e do adolescentes, assim como meus amigos companheiros, colegas de trabalho na Câmara Federal, Deputado Arnaldo Jordy, Deputado José Augusto Maia. Saúdo o Presidente da Câmara, Vereador Adriano Couto, em nome do qual saúdo todos os outros Vereadores aqui presentes.

Sou Presidente da CPI do Trabalho Escravo da Câmara dos Deputados. E, a partir da condução do trabalho, nós percebemos que há uma relação muito forte entre o processo de aliciamento para a exploração sexual e algo que na nossa legislação nós chamamos de trabalho escravo.

O trabalho escravo está no nosso Código Penal constituído de quatro elementos. O trabalho escravo é quando há escravidão por dívida, quando há restrição ao direito de ir e vir. E nesses dois casos, nesse caso é muito claro. Tanto na escravidão por dívida, o salário nunca é suficiente para pagar uma suposta dívida contraída no curso de transporte ou dos víveres que são monopólio de quem gerencia a força de trabalho, nos dois casos. Tem mais outros itens, que é o trabalho degradante e a jornada exaustiva.

O Estado do Pará é o campeão de casos de trabalhadores libertados em condição análoga à escravidão. E nós não estamos contando aí os diversos casos de escravidão associados à exploração sexual. Normalmente são casos de trabalhadores análogos a escravo em diversas atividades rurais, mas também urbanas, mas particularmente rurais, associadas a atividades de fronteira, particularmente a fronteira agrícola.

Nós viemos já ao Pará uma vez, numa ação em Marabá. Participamos de uma fiscalização do Ministério do Trabalho. E uma fazenda, na localidade de Capistrano de Abreu, em Marabá. Nessa fazenda os trabalhadores estavam lá vivendo sob uma lona, escaldante, há 60 dias, recebendo, ao contrário da promessa inicial de receber o salário mínimo e tudo mais... Recebiam cerca de 40 reais por mês. Nós os encontramos sendo alimentados com a própria caça, com uma carne



pútrida, com cerca de milhares de mosca em cima da carne salgada, e bebendo a mesma água que os animais: água salgada.

Encontramos um senhor de 70 anos, que trabalhava na abertura da capoeira com febre, doente há algumas semana. E para o nosso espanto, inclusive de membros da bancada ruralista que acompanharam a CPI, na fazenda encontramos farta medicação para o rebanho, mas nenhuma aspirina para os trabalhadores. Então, esse é um exemplo das condições de trabalho que nós encontramos ainda em setores do campo paraense.

Mais recentemente, depois de ação nossa em São Paulo, onde nós visitamos também o (*ininteligível*) *shop* das oficinas clandestinas com trabalhadores bolivianos, a relação entre o tráfico de pessoas e o trabalho escravo ficou muito clara. E ao nos deparamos com a situação aqui, no meu Estado, fica muito clara também a relação entre tráfico, escravidão e exploração sexual.

Na semana passada, a Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo já fez uma primeira discussão a partir do caso de Altamira. E a Ministra Maria do Rosário então sugeriu uma alteração no Código Penal para que casos de exploração sexual sejam classificados enquanto crimes de redução de pessoas análogas à escravidão. Isso significa, na prática, que a punição para aqueles que forem pegos... Informava o Deputado Arnaldo Jordy que é até 4 anos, que é uma punição branda, que na maioria dos casos talvez não constitua nem o trânsito em julgado, não permita nem a prisão, para punições mais duras, que são de até 8 anos, no caso de trabalho escravo.

Portanto, estou aqui para ouvir fundamentalmente. Ao saber da ação da CPI, solicitei ao Deputado Arnaldo Jordy que nós pudéssemos acompanhar, fizéssemos uma ação conjunta, porque muito nos interessa combater esses absurdos, principalmente absurdos associados a grandes obras públicas. Nós, como paraenses, não podemos aceitar esse tipo de coisa. Nós, como militantes dos direitos humanos, isso é inadmissível. Eu falo isso sendo Parlamentar do Partido dos Trabalhadores, da base do Governo. É absolutamente inadmissível que nós tenhamos situações como essas se repetindo em obras que tenham participação pública. Nós estamos aqui para ouvir e para tomar as medidas necessárias para defendermos os direitos daqueles que estão subjugados à condição de escravos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Cláudio Puty.

Queria registrar a presença da Delegada Talita, também com quem eu já falei por algumas vezes ao telefone, ao longo desses dias.

Vou passar a palavra agora ao Deputado José Augusto Maia para fazer suas considerações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Bom dia a todos, ao Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, colega Deputado Federal Jordy, ao Deputado Cláudio, da Comissão do Trabalho Escravo.

Quero saudar também aqui os representantes do Ministério Público, da Polícia Federal, da Polícia Civil, do Poder Legislativo, do Conselho Tutelar e de todos os movimentos ligados em defesa do menor, do adolescente e de todos da sociedade que aqui também estão presentes, que vieram prestar sua contribuição nessa batalha que estamos percorrendo todo o Brasil com essas CPIs.

E, como já disseram os meus colegas Deputados, aqui nós viemos para ouvir.

Estivemos em Salvador, estamos aqui, vamos para São Paulo ainda, para o Acre e para vários Estados da União onde têm indícios e coisas que já foram noticiadas pela imprensa de todo o Brasil, tanto da questão da CPI do Trabalho Escravo, mas da questão do tráfico de pessoas, da qual nós fazemos essa audiência de hoje aqui.

E dizer que é importante a participação de todos da sociedade, da contribuição de cada um, para que a gente possa acabar com essa ação criminosa que vem hoje perturbando a sociedade brasileira, principalmente crianças, jovens e adolescentes.

Estamos vendo aí uma novela que hoje, em rede nacional, através da *Rede Globo de Televisão*, mostra o tráfico de pessoas e o sofrimento dessas jovens que são iludidas, que vão para o exterior e para toda parte do mundo, que a gente vê esse problema muito sério. Também a questão do tráfico de crianças, que é muito sério também no Brasil, e o trabalho escravo que, como disse o nosso Deputado Presidente da CPI, que é a mesma coisa, é o mesmo sofrimento do trabalho escravo que passam essas pessoas. Há muitas semelhanças essas duas CPIs.

Então, é isso.



Estamos aqui mais para ouvir e para contribuir.

E agradeço a todos que se fizeram presentes aqui. Sou Pernambuco e tem até um filho da minha terra aqui, o Sr. Toa, que tem uma loja de confecções. Eu sou de uma cidade de Pernambuco, Santa Cruz do Capibaribe. E, em todo o canto que eu chego no Brasil, tem alguém da minha terra, vendendo confecções. E eu me orgulho de encontrar um filho da terra aqui, que está inclusive... Já estou me sentindo em casa aqui, em Altamira.

É isso.

Agradeço a presença de todos.

Estamos aqui para ouvir, indagar as pessoas e tomar conhecimento, para que possamos, juntos, acabar com essa ação criminosa no Brasil e no mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado José Augusto.

Eu passo a palavra agora ao Vereador Adriano, para fazer suas considerações.

O SR. ADRIANO BATISTA DO COUTO - Bom dia a todos. Quero aqui cumprimentar o Deputado Arnaldo Jordy, o Deputado Puty, o Deputado José Augusto, o Ministério Público Federal, a Polícia Civil, a Polícia Federal, o Conselho Tutelar, cumprimentar aqui os Vereadores que se fazem presentes aqui hoje, a sociedade em geral, a imprensa. Sejam todos bem-vindos a esta Casa. E dizer, Deputado, que o Poder Legislativo está à disposição desta CPI do tráfico humano, que, mais uma vez, Altamira é colocada no cenário nacional aí, apesar de ter sido um fato acontecido no Município de Vitória do Xingu, que é um Município vizinho aqui, mas, como o senhor me pediu para realizar essa reunião aqui, por ser Altamira mais estruturada, estejam à vontade. E dizer que isso é importantíssimo, principalmente hoje, em Altamira, nesse grande projeto de Belo Monte, Deputado, onde aqui precisamos muito do apoio dos senhores para que realmente o Município de Altamira, como Vitória do Xingu, como os Municípios envolvidos nesse grande projeto, não fique, simplesmente, no fim da execução dessa grande obra, com as mazelas, com os problemas de outras barragens.



Então, nós queremos aqui, como representantes do Legislativo aqui, como é uma solicitação e uma preocupação de todos os Vereadores desta Casa, é que aqui, pós-Belo Monte, nós tenhamos orgulho de dizer: *“Foi construída uma barragem para abastecer a maioria dos Estados brasileiros, mas nós não ficamos só com as mazelas, como sempre tem acontecido em outras hidrelétricas”*. Estamos aqui, e agradeço mesmo a presença dos senhores aqui e de toda a sociedade que está aqui presente para participar desta CPI, para trazer essas informações de que tanto vocês precisam. O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Vereador Adriano, pelas suas considerações.

Queria registrar também a presença do Vereador Marquinhos, presente aqui à nossa audiência. Bem-vindo.

Queria registrar também a Coordenadora do Movimento de Mulheres de Altamira, Marilene Gomes, também presente.

E a gente gostaria, então, de franquear a palavra, agora, para as entidades e instituições aqui presentes que queiram fazer uso da palavra.

Quem começa? Depois do primeiro, tu vais ver a fila.

Vamos ouvir o Professor Assis.

A gente reitera — e não vamos aqui cercear o direito de ninguém —, pede apenas agilizarem a concisão das informações, para que a gente possa ouvir o maior número possível de pessoas.

Professor Assis, com a palavra.

O SR. ASSIS OLIVEIRA - Bom dia a todas e a todos. Eu estou aqui como professor da Universidade Federal do Pará, mas, sobretudo, também enquanto membro da Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente de Altamira, que é uma Comissão que já existe desde 2005 e vem se fortalecendo nos últimos três anos por conta de uma série de novas articulações das instituições que dela fazem parte — cerca de 25 instituições, entre sociedade civil e instituição do Estado — para poder dar conta dessa situação, que, enfim, não é de hoje, não é de agora, mas tem se intensificado nos últimos anos, e a Comissão está à frente dessas questões.



A gente queria deixar já o indicativo de que esse grupo, que faz parte da comissão, e outros parceiros já têm trabalhado para poder viabilizar uma série de instrumentos jurídicos que possibilitem a responsabilização dessas entidades competentes e, obviamente, do Estado, para dar conta dessa situação. Já temos um plano municipal de enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente, que é de 2012, e temos uma série de outros instrumentos, como o pacto com os Prefeitos, o plano de ação do Conselho de Direitos e o pacto da assembleia do CONANDA. Todos eles trazem e reiteram a importância de se discutirem, de se pensarem estratégias para o enfrentamento do abuso, da exploração sexual contra a criança e o adolescente nesse Município. Para constar enquanto material da própria CPI, nós temos aqui uma cópia de cada um desses documentos. Vamos entregá-la para o Presidente da CPI, para poder já constar também. E também nós temos uma articulação que se iniciou no ano passado, mas até agora ela não conseguiu vingar, de fato, o que nós queríamos, que era a formulação de um pacto de compromisso do Consórcio Construtor Belo Monte, que é o CCBM, e a Norte Energia, para poder se responsabilizar em uma série de ações de prevenção, de repressão e de investigação na região ali dos entornos dos canteiros de obra.

Esse pacto já foi formulado; eu tenho uma cópia dele aqui. Ele já estava para ser assinado no passado. Por uma série de questões ligadas ao CCBM, não foi assinado, não houve nenhum retorno desse pacto, mas uma das medidas, inclusive, que a gente gostaria de salientar é que haja um monitoramento mais eficaz das áreas no entorno da região onde são os canteiros de obra, porque nós não temos ainda um acesso livre e, obviamente, uma possibilidade de fazer um monitoramento. E gostaríamos de estar tendo essa articulação com o responsável direto, para que ele pudesse também cumprir com as medidas necessárias para esse enfrentamento. Fora essa questão, a Comissão vem fazendo uma série de investigações, uma série de ações preventivas — Carnaval, 18 de maio, férias escolares —, e temos feito uma intensificação das ações voltadas para a questão de alguns locais que têm um potencial maior de vulnerabilidade aqui na região; digo, explicitamente, da Comunidade de Belo Monte, que é uma comunidade que fica ali na balsa, na travessia de Vitória do Xingu para Anapu. Nessa comunidade, quando nós fomos lá



fazer a investigação, a população nos disse que existiam lá dez casas de prostituição, ou dez locais de prostituição.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ASSIS OLIVEIRA - A Comunidade de Belo Monte, na balsa. Isso. E corresponderia, só para vocês terem uma ideia, ao número de casos que existem aqui no Município de Altamira todo, na cidade de Altamira toda. Então, só uma comunidade teria a quantidade total de locais que existem na cidade de Altamira que são conhecidos. Fizemos uma intensificação lá. A Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal fizeram uma intervenção em dezembro do ano passado, só que é necessário que haja uma série de outras investigações para poder tomar conta da dimensão do que existe nessa comunidade.

Do mesmo modo, na Comunidade Leonardo da Vinci, que fica no Km-17, na PA para Vitória do Xingu, também fizemos uma investigação, fizemos uma intervenção educativa, mas, como ela fica nas proximidades de um dos canteiros de obra e como ela possui uma série de homens, de trabalhadores alojados próximo dali, sabemos também da interferência que tem também com relação à exploração sexual nessa comunidade, e pedimos também que haja alguma intervenção continuada nesses locais. Não adianta ser somente uma intervenção pontual; tem que ser continuada. E, do mesmo modo, com relação aos povos indígenas, temos, sim, definições de situações de violência sexual que estão ocorrendo em algumas terras indígenas, mas isso ainda passa por uma ação com o Ministério Público Federal, com a Polícia Federal, com a FUNAI e também com relação às RESECs, e nós estamos ainda em uma articulação para dar conta disso. E, em outros Municípios aqui da região, sobretudo em Vitória do Xingu — já houve uma reunião com a Prefeitura de Vitória do Xingu no ano passado —, apresentamos um plano para que eles possam incorporar as ações que a comissão faz aqui, para também serem feitas lá, mas estamos ainda aguardando essa discussão.

Em Medicilândia, houve uma audiência pública no ano passado para discutir a questão da violência sexual. E Medicilândia é mais um Município onde os dados do Conselho Tutelar de Medicilândia demonstram que houve um crescimento exponencial de 2011 para 2012. Passou, se não me engano, de 22 casos para 56 casos de um ano para o outro. Por conta disso, enfim, só para poder finalizar, eu



acho que nós temos aqui alguns locais em que não há uma investigação, digamos assim, propriamente definida, mas nós temos denúncias da população, locais que ficam nos arredores das escolas, locais que ficam próximos de residências coletivas de trabalhadores, bares, casas de espetáculos e hotéis. E também há uma articulação muito grande, no Município, entre o tráfico, o consumo de droga e a questão da violência sexual. Então, nós não podemos falar de uma intervenção sobre a exploração sexual sem falar de uma intervenção sobre o tráfico e o consumo de drogas. E, para finalizar, eu queria dizer que nós temos uma situação de uma incapacidade da rede local de dar conta dessa demanda.

Nós precisamos, urgentemente, de uma delegacia de atendimento ao adolescente; da instalação efetiva do PROPAZ aqui no Município; de mais dois conselhos tutelares, um para o Município de Altamira e um para Castelo dos Sonhos, que é um distrito; da instalação do CAPSAD e também de uma casa de acolhimento. Com as condições atuais que nós temos nas instituições locais, elas não vão poder dar conta e não estão conseguindo dar conta de toda essa demanda que tem gerado a situação ligada a Belo Monte, e, por conta disso, é necessário que haja uma melhora da estrutura dessa rede de atendimento. E deixo também de aviso: mais na próxima semana, talvez na outra, estaremos finalizando e apresentando o relatório final que o projeto do qual eu sou um dos coordenadores na UFPA fez. Esse projeto fez uma pesquisa de seis meses aqui sobre a questão da violência sexual no Município de Altamira. Mapeamos os locais onde existem abuso e exploração sexual na cidade de Altamira, e aí vamos deixar também, para a CPI, tanto a questão da situação quanto a questão dos locais onde existe violência sexual no Município de Altamira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Prof. Assis. Eu queria só, depois, que o senhor pudesse remeter essas contribuições, não só do diagnóstico, mas também das sugestões acerca dessa estrutura, vamos dizer, complementar a essa rede de enfrentamento necessária, porque esse foi um dos objetivos da nossa vinda. Até porque, antes de virmos aqui, como disse o Deputado José Augusto, nós tivemos uma audiência com a Ministra Maria do Rosário e ficamos de mandar esses relatórios. E vamos acompanhar isso, porque isso não



pode ser, como você disse, uma ação pontual, focal, isolada. Isso tem que ser um processo permanente de fortalecimento dessas redes.

O SR. ASSIS OLIVEIRA - Vou deixar com vocês. São dez documentos, vários documentos que já foram feitos, em termos de garantia de direitos. E também informar que vamos agendar duas reuniões, uma com as instituições de defesa e responsabilização, para planejar com eles essas ações, e outra com relação às instituições que trabalham com povos indígenas e comunidades ribeirinhas, porque a gente também tem que ter uma ação focada para esses grupos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não. Continua franqueada a palavra.

Profa. Antonia.

A SRA. ANTÔNIA PEREIRA MARTINS - Bom dia a todas e a todos! Então, pessoal, primeiramente, eu quero dizer pra os Deputados que é muito importante a vinda dos senhores à nossa região, região esta com a qual o Estado brasileiro tem uma dívida imensa ainda, com ela, porque a nossa região sempre foi palco de grandes projetos, a começar lá no tempo dos seringais, e nunca o Governo paga essa dívida, porque, quando começa, já vem outra, e assim vai.

Mas o Movimento de Mulheres de Altamira — inclusive está aqui a nossa Coordenadora, a Prof. Mariene, que chegou agora; ela é professora e não pode chegar mais cedo — sempre alertava, e continua dizendo, que, nessas grandes obras, as mulheres e as crianças são as mais vulneráveis nesse sentido.

Aqui em Altamira, além de nós termos Belo Monte, que é o foco desse processo, uma cidade que não tem estrutura... Evidentemente que seria isso, mas isso nós já alertávamos, Deputado Puty. E a gente nunca teve dúvida de que as mulheres seriam as vítimas desse processo e as crianças também. Além de Belo Monte, nós temos o linhão, nós temos a questão da mineração, a gente tem o asfaltamento da rodovia e, enfim, daí por diante. A nossa região também tem um histórico de violência contra as mulheres e contra as crianças, infelizmente, e isso só vem a se acentuar. E aqui eu quero focar nas palavras do Prof. Assis.

Eu acho que o foco da imprensa foi muito bom. Eu acho que colocou a nossa região na mídia novamente, com um caso negativo, mas, de um lado, a gente também avalia como um ponto positivo, porque é para dizer que a nossa região não



compactua com esse tipo de violência. Além de todas as violências já sofridas pela falta das políticas públicas, não podemos também compactuar com o tráfico das pessoas, sobretudo das mulheres, que também são vítimas lá no seu Estado de origem.

Então, para eu não ser muito longa — porque se tivéssemos muito tempo seria mais coisa, mas... —, o que nós queremos aqui? Nós queremos que vocês nos ajudem, porque vocês são os nossos legítimos representantes do Governo, do Executivo.

Então, não dá para você não ter, num Município como Altamira, uma delegacia de mulher, com todo o seu aparato, para poder funcionar bem. E aqui — a Delegada Thalita está aqui e não me deixa mentir — é ela sozinha, e a delegacia, em reforma. Ela faz o que pode.

Nós não temos um abrigo decente para atender as mulheres vítimas de situação de violência. Tanto é, Procuradora, que, quando as mulheres foram apreendidas, a senhora sabe para onde elas foram, não é? Elas foram para o abrigo da Norte Energia, porque nem o Município nem o Estado tem esse aparato.

Então, assim, nós queremos que vocês sejam nossos porta-vozes junto ao Poder Executivo, no sentido de fortalecer essa rede de proteção às mulheres e às crianças, não é? Não dá para quem violou o direito depois ir acudir as mulheres. Então, esse é o pedido do Movimento de Mulheres.

Na semana passada, nós entregamos para uma comissão de Deputados a outra situação também que é muito grave aqui, a situação das mulheres presas: quando cometem um delito, ficam num cubículo totalmente desumano, na delegacia de polícia de Altamira. Tanto é que essa que foi presa e que era uma das traficantes foi também violado um direito dela, enquanto ela esteve por aqui. Ainda bem que ela foi logo lá pra Belém. Então, são várias violações, e isso a gente só vai combater com o fortalecimento da política pública.

Não dá para você, no Município que está sediando a maior obra do PAC do Brasil, que só se fala em milhões nessa cidade — aqui, falar em 1 milhão é troco —, mas esses milhões não são para a gente, não são para os pobres... Então, é necessário que essas políticas sejam implantadas, pra ver se pelo menos minimizam essa dívida.



O nosso Movimento de Mulheres também faz parte da comissão de acompanhamento, assim também como faz parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Então, esse é o nosso pedido: que os Deputados levem esse pedido ao Poder Executivo, no sentido de fortalecer as políticas públicas, porque, senão, nós vamos ficar sempre na mesma peleja.

Assim eu estava conversando ainda há pouco, antes de começar a audiência, com a Procuradora: eu fico muito incomodada porque, num Município como o nosso, a gente ainda tem crianças sem acesso à educação, sem acesso à saúde. O Brasil tanto se orgulha de ter combatido a paralisia infantil, mas tem crianças, nesses meios de rios por aí, que não têm acesso.

Então, esse é o nosso pedido. Nós acreditamos que articulações como esta nos fortalecem e nos encorajam a lutar, a continuar lutando.

Quero dizer que Altamira está de portas fechadas para esses tipos de crimes, como os que aconteceram aqui.

Obrigada.

A SRA. MÔNICA BRITO SOARES - Bom dia pra todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A sua identificação, por gentileza. A primeira foi do Movimento de Mulheres. E a senhora?

A SRA. MÔNICA BRITO SOARES - Professora, sou do movimento sindical SINTEP e do Xingu Vivo para Sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Seu nome?

A SRA. MÔNICA BRITO SOARES - Mônica. Mônica Brito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mônica Brito. Pode falar.

A SRA. MÔNICA BRITO SOARES - Bem, nós estamos aqui... Para nós, que moramos aqui há anos e que somos daqui, que constituímos nossas profissões, nossas famílias, nosso modo de viver, é mais um momento em que nós temos que fazer uma audiência pública para falar de um processo, ou de uma ação, que vem junto com um pacote, Deputados, para nos prejudicar.

Então, eu me contraponho àqueles que dizem: *"Vamos fazer Belo Monte, mas vamos reivindicar pra que, quando o projeto for embora, nós não fiquemos só com as violações, só com os estragos"*. Mas eu quero dizer o contrário: é preciso que



Belo Monte pare e que a gente possa recuperar a nossa forma de viver, as políticas públicas, e que essas ações de socorro, de relâmpago, que são essas audiências, não fiquem só em torno do caldo derramado, mas que a gente possa dar uma superação às políticas de garantias de direitos.

Então, nós estamos aqui para nos contrapor a Belo Monte, pela forma como ele veio, imposto ao Município e à região toda. Porque, se nós conversamos com os moradores, com os movimentos que vêm lá de Portel, Almeirim, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, que são cidades ribeirinhas e de porto, nós vamos também dizer que Altamira é um dos Municípios-sede que agrega as instituições governamentais e as políticas num volume maior, como a questão dos projetos (*ininteligível*) da Procuradora Federal, Polícia Federal, Superintendência. Então, tudo sinaliza pra cá, com o nosso movimento.

E ainda queremos denunciar, pra gente tentar combater a acusação contra as pessoas que estão nos movimentos e que são afetadas também pelo Projeto Belo Monte, pelos órgãos, pelas empresas que compõem Belo Monte, pelas políticas colocadas — não são políticas —, pelos mandos que o Governo Federal manda aqui pra esta região, nos criminalizando: todos os momentos em que nós nos contrapomos às violações, a gente é criminalizado; nós temos que deparar lá na Justiça, como se a gente fosse organizador de quadrilhas.

Quero registrar também a presença... Quando o Deputado Jordy esteve aqui, em 2006, 2008... E agora, ostensivamente, se fez a necessidade da presença dele nesta audiência, juntamente com outras autoridades e com nosso povo aqui da nossa região. É uma vergonha. Milhões de recursos financiados por Belo Monte pra que as mulheres sejam traficadas. Ocorre esta audiência pra combater ou, então, tentar resolver o problema do tráfico humano.

Eu estive conversando... Um tempo aí, há uns 2 anos, uma jovem veio de Castelo de Sonhos, fugida, dentro de um carro de funerária, porque ela não podia ser vista, porque ela estava numa boate, foi traficada do Maranhão para Castelo de Sonhos. Agora, por essas moças que vieram traficadas, e o mesmo tal senhor chamado Alemão, uma das senhoras já tinha nos falado, quando eu estava... Que elas disseram assim: "*Nós temos que sair correndo daqui, porque, senão...*". Chegando às 19 horas, elas iriam pagar multa. Então, é uma vergonha um projeto



desses... É vir com essas pessoas atreladas, lá do outro Estado, onde teve a barragem do Jirau. Uma vergonha. Tem que ser punido.

E que os Deputados possam também, junto conosco — que nós não vamos deixar à parte —, pra que os Governos, em nível estadual, em nível federal e municipal, que eles possam assumir nesta região uma política voltada pra melhorar, pela garantia dos direitos da criança, do adolescente, das mulheres. Porque nós, também, Deputado Jordy, nós fomos à delegacia, e a Toinha falou aqui, relatou: as mulheres estão com medo agora de dizer pra nós, ou, então, até de falar conosco lá, na Delegacia, na Superintendência, porque no outro dia elas são removidas pra Belém nos camburões — como é o nome daqueles transportezinhos, assim, que vão tumultuados? Quer dizer, outros elementos. Muitos bandidos vão de avião. Seis, dez mulheres vão de caminhãozinho pra Belém. Um crime, de novo, praticado pelo próprio Estado, de violação dos direitos dessas mulheres, que deixam suas crianças aqui, jogadas. Então, não há uma política que possa valorizar, porque aqui não tem uma superintendência ou então uma delegacia que dê amparo pra que essas mulheres possam pagar por seu crimes com mais dignidade.

Então, nós queremos... Aliás, vou aproveitar o momento: quinta-feira nós vamos fazer uma audiência aqui, que antecede o dia 8 de março, pra trabalharmos o tema sobre a segurança pública. As mulheres estão todas sem nenhum tipo de segurança. Falta energia elétrica. Nós estamos construindo... Belo Monte está construindo energia para o mundo, mas nós, aqui, na cidade, não temos. Lá no Bela Vista, lá no Santa Ana, lá no Mutirão, lá no São Domingos, falta energia elétrica lá instalada direitinho. Uma das escolas que o poder público construiu aqui para as nossas crianças, lá no Jardim França, como se chama, estão lá as crianças correndo o risco para sair de suas casas até chegar à escola. O Belo Monte construiu a escola lá, pra agradar ao Prefeito, pra agradar a esse Prefeito corrupto, e lá só fez a escola, mas o percurso... Minha gente, vocês poderiam visitar, do Mutirão à escola, lá do bairro Jardim França, como é crítica a chegada até lá.

Então, nós estamos cobrando que Belo Monte tem que parar mesmo. Se nós somos os únicos a dizer isso, nós vamos continuar resistindo. Não dá de ter um projeto financiado pelo dinheiro público, pelo BNDES, para que haja prostituição, haja morte, haja violação do direito à educação, à saúde e à dignidade humana. Nós



queremos comer, nós queremos dormir, nós queremos casa, e o projeto não vem junto. Cadê as medidas, essas tais condicionantes, Deputados? E os Vereadores, também, que ajudaram a trazer esse projeto de crime pra cá? A gente quer cobrar de vocês que combatam o crime, o tráfico, a prostituição, a violação dos direitos humanos, mas tragam, devolvam, retornem a nossa dignidade.

Em nome do Movimento, nós queremos dizer estas palavras, e que estas audiências não sejam mais para a gente ficar lamentando o caldo derramado, mas que a gente possa estar com autoestima de dizer o que queremos melhorar ou o que podemos criar de melhor pra esta Amazônia, pra esta região da Transamazônica e do Xingu e pra nós, o povo, que habitamos aqui, que todos os dias queremos viver bem, todos os dias queremos ser felizes e, com esse Belo Monte, a gente está ameaçado todo os dias de amanhecer morto.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Mônica, por suas considerações.

A palavra continua franqueada para quem mais quiser fazer uso dela.

Queria registrar aqui a presença da Dra. Cleide Souza, Coordenadora da Casa de Governo do Ministério do Planejamento, que vai substituir a Dra. Uenita Souza. Obrigado, Doutora. *(Pausa.)*

Continua franqueada a palavra.

Lucenilda, com a palavra.

A SRA. LUCENILDA DALCI MONTE - Na pessoa do Deputado Arnaldo Jordy, eu cumprimento os demais Deputados; na pessoa da Dra. Thalita, as autoridades presentes; na pessoa da companheira Antonia Martins, as demais pessoas que se encontram nesta Casa de Leis.

Deputado Jordy, aconteceu uma coisa na minha vida que vai ficar marcada pra sempre. Eu estou encerrando o meu mandato de Conselheira agora, em abril — dia 20 de abril é o último dia em que eu vou ser ainda Conselheira Tutelar. Não vou à recondução porque me sinto prejudicada. São apenas 2 anos e 8 meses que os próximos conselheiros permanecerão no cargo e, eu indo à recondução agora, não poderia ir em 2015, que é quando vai ser unificado em todo o Brasil, e eu pretendo voltar em 2015 e ficar 4 anos, e depois mais 4, e continuar lutando.



Pra minha surpresa, Deputado, no dia 13, eu estava de plantão no Conselho Tutelar quando eu fui procurada por um cidadão que não se identificou — eu conheço a pessoa, mas ele não quis se identificar para as autoridades —, levando com ele uma adolescente que chegou ao Conselho totalmente desesperada, com o olhar perdido, de apenas 16 anos de idade, que estaria completando naquela data.

Depois que eu ouvi o cidadão, eu ouvi a adolescente e, de imediato, eu entrei em contato com a Delegacia de Polícia Civil em Altamira, na pessoa do Delegado Rodrigo Spessatto, e passei pra ele a situação. Marcamos o horário e fomos atendidas no mesmo dia.

Quando eu passei a situação pra ele, e até mesmo antes, no Conselho, eu já sabia que se tratava de um crime que muitas das vezes a gente pensa que não acontece em nosso Município. Mas, depois que foi feita toda a ação das Polícias Civil e Militar, com o apoio do Superintendente, Dr. Cristiano, que é um parceiro excelente do Conselho Tutelar, da Dra. Thalita...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LUCENILDA DALCI MONTE - Dia 13; 13 de fevereiro; do corrente mês.

E, quando nós deparamos com a situação... Acontece que a boate é situada no Município de Vitória do Xingu, mas nós sabemos que todo Conselho Tutelar, recebendo uma denúncia, tem por obrigação averiguar, até pela proximidade que existe. Então, nós somos amparados por lei. Eu fui questionada pelo Conselho de Vitória do Xingu. No entanto, estou encaminhando hoje relatório e todo o meu trabalho, juntamente com o nosso Conselho de Altamira, para que eles fiquem cientes de como foi ação e de como tudo aconteceu. Esse é o meu papel, como Conselheira.

E quero dizer pra vocês que o Conselho Tutelar atuou em questão da adolescente. Eu faço parte do Movimento de Mulheres, de movimentos sociais, estou na luta. E, no momento em que nós chegamos àquela boate, juntamente com as Polícias, como eu estava falando, Civil e Militar — pedi o apoio também da Polícia Rodoviária Federal, na pessoa do Inspetor Giovani; fomos todos até o local —, eu pedi que a adolescente ficasse resguardada, no carro em que nós fomos, descaracterizado. Entraram a Polícia pra fazer o seu trabalho e eu e o Conselheiro



Josivan, que sempre nesses casos a gente gosta de atuar mais de um Conselheiro, pra que fique um trabalho benfeito.

E, no momento em que eu entrei e perguntei em relação à adolescente e quem dormia com ela, apresentaram-se três jovens que dormiam com ela. Levaram-me até o quarto, junto com a Policial Marta. Quando nós chegamos ao quarto, uma delas se agachou perto das minhas pernas e falou: *“As coisas dela estão... está tudo aqui. É só essa mochila. Mas eu preciso de ajuda. Me tire...”* Uma das jovens que estavam na citada boate se agachou nas minhas pernas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas essas jovens eram também menores, ou não?

A SRA. LUCENILDA DALCI MONTE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, maiores.

A SRA. LUCENILDA DALCI MONTE - Até então, elas disseram pra gente que eram maiores. Depois que foram apresentar documentação.

Então, no momento em que essa jovem falou isso pra mim, eu, como Conselheira e como mulher, naquele momento, acionei a autoridade competente, que era o Delegado que estava na operação, e expliquei pra ele: as três que estavam no quarto pediram ajuda. *“Tirem nós daqui porque nós estamos sofrendo ameaça de morte. Nós precisamos sair daqui. A adolescente fugiu informando que, se conseguisse chegar ao Conselho Tutelar, ela viria salvar a gente.”*

Então, naquele momento eu vi que ela foi heroína. Ela conseguiu, naquele momento, sair daquela boate. E naquele mesmo momento eu soube que o próprio filho do seu Adão, o Fabrício, se eu não me engano, vulgo Chiquinho, conseguiu pegar a caminhonete do pai e ir atrás da adolescente, pra que ceifasse a sua vida. Ele saiu com uma arma de fogo e dizendo que iria atrás da adolescente e traria ela de volta morta, na presença de todas as jovens que estavam lá.

Ele não conseguiu porque Deus é maior. Graças a Deus, o crime deles não ia continuar naquele momento, porque ela conseguiu encontrar esse senhor que vinha de moto, trouxe-a sem capacete. Foi uma luta pra passar na Polícia Rodoviária Federal e toda a situação.

Então, quando nós conversamos com essas jovens, que elas passaram a situação, passou a Polícia a atender a situação. Naquele momento, o Delegado,



junto com seus policiais, passou a conversar com cada uma delas. Eu vi, no olhar de cada uma delas, o desespero e a vontade de falar o que estava acontecendo, e naquele mesmo tempo com medo.

Quando elas falaram em relação ao Alemão e ao Chiquinho, eu já pedi pro Delegado pra ver a situação e a questão deles. Foi quando o Delegado deu voz de prisão pra os dois e já os colocou no camburão. As outras que vieram, dentre elas um travesti que estava junto, já foram tiradas naquele momento. Então, foram tiradas naquele momento a adolescente de 16 anos, que já estava conosco; foi tirado um travesti e foram tiradas mais três jovens — a mais velha tinha 23 anos.

Foi quando nós as trouxemos pra Altamira, apresentamos, na Superintendência, ao Delegado Cristiano, toda a situação, e foi quando tudo começou. Daí por diante foram dados os depoimentos. Em conversa... No trajeto de lá pra cá, elas conversaram bastante comigo e foram contando todo o absurdo que elas estavam sofrendo.

Principalmente, Deputado Arnaldo Jordy, a questão de eu ser mulher, lutar por uma causa, lutar pela causa da infância e da adolescência e ver dentro do meu Município coisa que só se via na televisão, pra mim foi, assim, um choque. Eu ainda estou me recuperando da situação, de tudo que eu ouvi de cada uma delas e de saber que elas tinham horário pra dormir — só podiam dormir meia hora —; quando eram acordadas, todas, era com tampas de panela batendo na parede; os quartos eram minúsculos, cubículos, onde não havia nenhuma entrada de ar nem saída de ar, não tinham janelas; todos os quartos eram trancados por fora com cadeados. Foi filmado, foi tudo registrado.

Elas viviam em situação subumana, indigna de aquelas pessoas viverem, porque cada uma que estava lá era maior de idade. A prostituição... Prostituir-se nós sabemos que não é crime. Nós sabemos que cada um maior de idade tem o direito de escolher essa profissão, se quiser. Só que é desumano, subumano o que eu presenciei naquele local: todas elas com dívidas dentro da casa, com dívidas com a mulher do Adão. Todas disseram a mesma coisa: que chegaram a pagar 300 reais num vestido. Todas vieram me dizer que pagavam 15 reais numa carteira de cigarro.

Então, são esses absurdos e outras coisas mais que eu tenho pra falar, só que o tempo não me permite.



Então, eu quero dizer pra os caros Deputados que pra mim é um momento de tristeza mais uma vez o meu Município, onde eu nasci, onde minha avó nasceu — minha mãe nasceu em Altamira —, hoje mais uma vez estar na mídia de forma tão ruim, de uma forma negativa. Mas que essa forma negativa, Dr. Arnaldo, sirva pra que a gente possa ter mais força, porque eu estou saindo do Conselho, mas vou continuar atuando na área da infância. Estou indo participar do Juizado da Infância. Eu vou fazer parte daquele Juizado, juntamente com outras pessoas.

E quero dizer pra vocês que hoje eu me sinto triste em saber que Altamira é um dos maiores Municípios do mundo em extensão territorial; saber que agora, dia 4 de março, faz 3 anos que estou no Conselho Tutelar e nunca fiz um atendimento em Castelo de Sonhos — nunca! Sabemos que pertence a Altamira.

E quero dizer, mais uma vez, com tristeza, que, em qualquer lugar do mundo onde haja um empreendimento grandioso, como está tendo em Altamira, como Belo Monte, a porta de entrada de toda a problemática de um Município chama-se Conselho Tutelar. É o Conselho Tutelar que recebe aquela mãe que veio, juntamente com o pai, à procura de um emprego, trazendo consigo mais três, quatro filhos, como aconteceu anteontem de uma senhora me procurar na minha residência. Veio do Mato Grosso, trouxe com ela três filhos, e não tem vagas nas escolas em Altamira. Essa problemática já vem se estendendo há tempos dentro do nosso Município. Mães querem trabalhar e não têm creches pra colocar os seus filhos, porque a demanda, o inchaço populacional está imenso no nosso Município, e nós não temos como resolver essa situação; não temos nem como amenizá-la.

Então, que realmente haja responsabilidade daquelas pessoas que estão com esse empreendimento. Que elas tenham um olhar diferenciado pra infância e a juventude em Altamira, que estão hoje entregues às drogas. O *crack* está dominando Altamira; os boqueiros estão usando adolescentes e crianças em vários bairros de Altamira, que nós sabemos. Há a questão da construção urgente de um CAPS AD em Altamira; a implantação de mais dois Conselhos Tutelares, que eu já não tenho voz pra pedir, e que isso aconteça pra ontem em Altamira.

E quero dizer que hoje Altamira pede socorro na questão da infância e juventude. Que sejam vistas com responsabilidade, porque nossas crianças, nossos



adolescentes não têm que prever o futuro; eles já são existentes hoje. O problema acontece hoje. Que seja vista por todos nós a responsabilidade que é de cada um!

Meu muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Lucenilda, por seus depoimentos.

Eu queria só, depois, que, se você pudesse, quando entregasse o seu relatório, nos encaminhasse uma cópia desse relatório, pra que a Comissão possa ajudar nesse diagnóstico e nos documentos que nós vamos encaminhar pras autoridades.

Continua franqueada a palavra.

Profa. Netinha, da Universidade. *(Pausa.)* É a Profa. Ivonete, mas, se a chamar de Ivonete, ninguém conhece. Tem que ser Netinha.

A SRA. MARIA IVONETE COUTINHO DA SILVA - Bom dia a todos e a todas. Na pessoa do Deputado Arnaldo Jordy, eu cumprimento a Mesa e os demais presentes.

Serei breve em minhas palavras até porque os que me antecederam, o Prof. Assis, que também é lá da Universidade Federal do Pará, e a representação dos movimentos de mulheres e a da educação, assim como a *(falha na gravação)*, já colocaram muito bem a situação da nossa região e a de Altamira.

Mas quero dizer da importância desta audiência, porque vem ao encontro da missão da Universidade Federal do Pará, que é contribuir com o desenvolvimento social de forma ambientalmente segura, socialmente justa. E para isso estamos aqui, nesta região.

Na fala de todos, sempre se dizia que Altamira infelizmente estava no foco da mídia do mundo inteiro com situações negativas.

Isso tem uma leitura histórica, porque aqui, esta região, como a região da Amazônia, é foco de grandes projetos, projetos econômicos de grande repercussão, de grande magnitude, que vêm para responder ao capital econômico, como nós sabemos, e nunca para garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas que moram nessa região. E, assim, esses grandes projetos — é histórico isso, nós sabemos — trazem com eles as grandes mazelas sociais. Desde a década de 50, nós vivemos grandes ciclos econômicos — projeto da borracha, projeto da



Transamazônica, madeireiro, mineradores, hidrelétricos —, e esse é um projeto que não foi feito pela população que aqui mora, mas pelos setores empresariais, pelos Governos que aqui vêm antecedendo, com o novo Governo, e assim.

Agora, nós, que moramos aqui... Altamira também já foi reconhecida nacionalmente pela força os movimentos sociais que aqui se construíram pela necessidade. E é exatamente isso que eu acho que deve ser pensado novamente, quando a gente diz que estamos de certa forma enfraquecidos, estamos fragmentados. Nós já tivemos histórias aqui onde o olhar do mundo estava sobre nós, como a questão das crianças emasculadas. E foi pela força dos movimentos sociais que nós conseguimos reverter a situação e chamar o olhar das autoridades para que viessem ver uma situação de extrema violência que estava predominando aqui, nesta região.

Mais uma vez, a gente chama a atenção e diz para esta Comissão olhar não somente para essa questão da violência contra as mulheres, do tráfico humano. Mas, nós sabemos que, na conjuntura desse projeto, outras mazelas sócias estão acontecendo, e de grande porte.

Quero pedir para a Comissão ficar atenta sobre esta região. Nós temos uma questão crucial aí e visivelmente presente, que é a questão indígena. Nós vimos um processo de “desaculturação”, de violação dos direitos humanos dos indígenas desta região, que vivem perambulando pela cidade, sem condições dignas socioculturais, porque de alguma forma já foram afetados e estão sendo afetados pelo projeto, estão sendo deslocados das suas aldeias. Estão aqui porque recebem uma certa atenção — eu digo atenção no sentido de cestas básicas e tudo mais —, e vivem pela cidade, fora do seu ambiente cultural, e sofrendo toda forma de violência e de exploração, porque são, de certa forma, mais fragilizados pela sua condição e sua identidade cultural. Então, eu quero chamar a atenção sobre isso.

Nós sabemos, como o Assis bem colocou, que essa rede de atendimento — e também a Toinha e todos os que nos antecederam — é preciso ser intensificada em Altamira. E esse grito nosso não é de agora, não! Desde a época da emasculação de crianças aqui, em Altamira, que a gente grita, que a gente fala sobre a rede de atendimento. Tendo em vista um projeto como este que foi pensado desde a década



de 80, já era para haver um suporte básico aqui para dar assistência, para minimizar os problemas sociais, a violência, a exploração, a marginalização.

Isso aqui a gente fala as palavras da Mônica. Não precisamos aqui de novo lamentar, fazer nosso rosário de lamentações, mas quero dizer que é um direito! O Governo tem uma dívida social muito grande com essa região. A Universidade do Pará quer ser parceira nessa rede de atendimento, mas também tem um projeto de expansão, um projeto de trabalho, que está sendo minimizado e que não está sendo pensado pelos Governos. Nós podemos contribuir com pesquisa, com levantamento de dados. Quero registrar aqui um projeto que já está vinculado ao CNPq, que é sobre desenvolvimento social, trabalho e gênero, e é exatamente no sentido de pesquisar, levantar dados e conhecimento, de fazer uma rede com dados mais precisos sobre essa condição de trabalho nesses grandes projetos — e trabalho feminino. Onde estão as mulheres? Quais as condições de trabalho que elas estão exercendo? Em que condições? E que tipo de exploração estão sofrendo, além da exploração sexual?

É nesse sentido que eu queria registrar a presença da UFPA, também como dos participantes dos movimentos sociais, do movimento de mulheres, como pesquisadora desta região.

Meu nome foi ressaltado pelo Deputado Arnaldo Jordy: sou a Profa. Ivonete, conhecida como Profa. Netinha, e, no momento estou na Coordenação do *Campus* Universitário de Altamira.

Outra questão: eu queria deixar uma pergunta para a Comissão e para os presentes. Há quanto tempo este, este empreendimento... empreendimento, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Projeto?

A SRA. MARIA IVONETE COUTINHO DA SILVA - O bordel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, sim. A boate.

A SRA. MARIA IVONETE COUTINHO DA SILVA - ... essa boate está instalada dentro do canteiro? Ela não foi nenhuma vez notificada pelas autoridades locais? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Profa. Netinha, pelas suas considerações.



A SRA. LUCENILDA DALCI MONTE - Uma observação, Presidente. Vou quebrar o protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

Eu quero deixar claro que a própria Ministra Maria do Rosário entrou em contato comigo no meu celular, me oferecendo proteção. Até então, eu não estou me sentindo ameaçada. Não estou! Mas que fique claro, perante todos que estão aqui, que, caso isso aconteça, eu vou pedir ajuda, está? Porque, pelo que eu estou vendo, trata-se de uma grande quadrilha e existem mais pessoas que estão ainda para ser presas. Se realmente eu precisar, se eu vir que estou ameaçada, eu sei a quem me dirigir, sei a quem procurar. E, se eu desaparecer por uns tempos, é porque estou em proteção, porque eu tenho dois filhos e quero vê-los crescer. Está bem, gente?

Deixe-me dizer-lhe uma coisa: não espere se sentir ameaçada, não. Nós temos aqui dois delegados da Polícia Civil; temos aqui o pessoal da Polícia Federal. Essas coisas a gente não pode depois... O nosso histórico não é muito recomendável para esse tipo de procedimento, não. Nós estamos numa região... Não vamos pagar para ver acontecer. Eu acho que... Enfim, depois a gente...

Continua, na nossa audiência, franqueada a palavra para quem quiser fazer uso dela. *(Pausa.)*

Pois não, amigo. Pediria só para o companheiro se identificar, porque a reunião está sendo gravada, para a gente poder, depois, identificar as falas.

O SR. MARCELO SOUZA DIAS - Bom dia a todos.

Quero agradecer. Agradecer, não, porque, quando as autoridades públicas estão no cumprimento do seu dever, nós não agradecemos; nós parabenizamos. Então, quero parabenizar a Comissão de Tráfico Humano; da Comissão do Trabalho Escravo, do Deputado Arnaldo Jordy, do Deputado Cláudio Puty, pela presença aqui.

Meu nome é Marcelo Souza Dias e sou do FAOR, o Fórum da Amazônia Oriental, e aqui atuo pelo Fórum de reforma urbana.

Então, quero dizer aos Srs. Deputados que, como foi colocado pelos companheiros, costumamos dizer que Altamira é o maior Município do mundo em extensão territorial e que essa grandeza se espelha e se espalha em todas as suas



conotações. É o maior Município do mundo; é a maior obra do PAC; é a maior violação de direitos humanos, e por aí vai.

Imaginem, senhores, que este caso teve grande repercussão e inclusive atraiu os olhos não só da mídia, mas também das instituições e instâncias de discussão, em função claramente do que tem sido debatido na mídia, em função da novela. Talvez se a novela abordasse outros temas dos quais nós somos vítimas aqui, também esses temas viessem a ecoar nacionalmente, porque é um caso importante, mas não menos importante do que as dezenas de pessoas que estão morrendo no trânsito, em função da sua desorganização; não menos importante do que as dezenas e dezenas de pessoas que estão nas filas das cirurgias eletivas há anos, morrendo em casa, e que também não chamam atenção; não é menos importante do que, até há pouco tempo, as execuções sumárias que vinham acontecendo no meio da rua, e, dizem por aí — dizem, que nós não somos Polícia para investigar, e nem somos o dono da verdade — que um grupo maior de traficantes eliminaria os traficantes locais para aqui se estabelecer, nessa conotação de o grande substituir o pequeno.

Então, senhores, tudo isso vem acontecendo aqui, em Altamira, e é preciso um olhar mais atento a essas situações. E se, de repente, a novela estivesse tratando desses temas, talvez enxergássemos também essa situação. A ausência do Governo do Estado aqui, neste Município, com as suas políticas tem que ser notada. Nós, aqui, não somos filhos de ninguém. As pessoas que morrem no trânsito não são só números: elas são cunhados, são tios, são irmãos, são parentes, são pessoas queridas por nós, e elas também estão morrendo. Temos um helicóptero aqui, comprado com o dinheiro que foi para a segurança pública, que tem data para sobrevoar Altamira. Ele não está aqui para servir a população, para combater o crime; ele, até onde se percebe, só voa aqui na época de pagamento do CCBM. Só na época próxima, agora — já está chegando a época de ele sobrevoar a cidade, porque nós estamos no dia 25. Do dia 28 ao dia 5, nós o vemos sobrevoando as nossas casas. Está claro que não é para atender a população; é para proteger o dinheiro da empresa.

E, nesse sentido, dizem por aí — não somos Polícia para investigar, mas gostaríamos que investigassem qual é a ligação do dono deste prostíbulo com as



empresas que estão instaladas — que a boate é um dos empreendimentos, mas que são dezenas de caçambas alugadas, são galpões alugados para a empresa, e nós sabemos que isso tem uma relação. Então, é preciso que se investigue, que se pergunte ao consórcio quais são os outros empreendimentos que ele tem aqui em Altamira, em Vitória do Xingu, com a relação dos veículos alugados, das caçambas, de todos os espaços para serviços que estão sendo... Então, assim, existe uma ligação muito íntima, que não é só a questão da exploração. Às vezes existem outros tipos de exploração acontecendo e eles precisam ser investigados.

Então, senhores, há que se ter... Esta CPI é uma CPI que pode ir além do que está posto, que pode ir além do que está sendo discutido e ver todas as outras situações pelas quais nós estamos passando aqui, que são silenciosas e que estão, de maneira não diferente, tirando a nossa vida todos os dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Marcelo.

Nós vamos ouvir agora o Delegado Cristiano, que é Superintendente Regional da Polícia Civil. Depois, a Delegada Thalita, se quiser fazer suas considerações, poderá fazê-lo, e vamos continuar a nossa audiência.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Exmo. Deputado Arnaldo Jordy; Exmo. Sr. Deputado Cláudio Puty; Exmo. Sr. Deputado José Augusto Maia; nosso já conhecido Presidente da Câmara Municipal de Altamira, o Exmo. Vereador Adriano Couto; parceiros de segurança pública aqui presentes; organizações aqui presentes em geral, a Conselheira Lucenilda informou de forma bastante clara o que ocorreu no momento da nossa situação, da operação realizada no primeiro dia, no dia 13 à noite.

A Polícia Civil, assim que tomou conhecimento, envidou esforços para que fosse possível o início do desbaratamento dessa quadrilha. Como outras vezes já aconteceu, não só com o Conselho Tutelar, mas denúncias, também, que são recebidas pelo Disque 100, todas as vezes, na situação em que nos encontramos, foi feita alguma coisa, alguma resposta à sociedade como um todo.

Eu não vejo somente essa questão negativa de Altamira estar na mídia. Eu estou à frente da Superintendência Regional da Polícia Civil desde janeiro de 2011, logo após a troca de Governo. Como falei, eu não vejo como negativo. Eu acho que



isso está muito bom. Nós não temos tráfico humano ou problemática de exploração sexual somente em Altamira.

Acho que por isso é que foi criada a CPI do tráfico humano. Eu acho excelente que os órgãos públicos, que a sociedade como um todo aqui de Altamira venham combatendo. Ruim seria se... Negativo seria se viesse a mídia em cima dessa problemática, e a sociedade, os órgãos de segurança pública como um todo, não fizessem o seu trabalho. Então, é excelente. Parabéns a todos os envolvidos por terem feito todo esse trabalho que a gente vem acompanhando.

Foi falado muito das questões das condicionantes. Isso é uma verdade. Todos os órgãos de segurança... E eu vou tratar somente da questão da segurança, mas creio que isso se estenda a todas as outras áreas: educação, saúde. Mas, na questão da segurança, a gente vê a problemática, não só na esfera estadual, como também na esfera federal. E uma das piores problemáticas é a questão do efetivo. O efetivo às vezes não quer se deslocar para cá, devido às condições de aluguel aqui — a especulação imobiliária é muito grande — e também às questões de consumo, uma vez que os valores, aqui... O custo-benefício do salário é bastante alto. Então, isso é uma grande problemática.

Na Polícia Civil, da qual sou dirigente e representante do delegado-geral aqui na regional do Xingu, a gente já está com um concurso aberto. Infelizmente, na Polícia Civil o quadro é totalmente de concursados. A gente tem um concurso, agora — está com as inscrições abertas —, mas sabe que um servidor da Polícia Civil vai estar pronto em 1 ano a 2 anos, entre todas as etapas — que são seis — do concurso, como também da Academia, para a sua formação.

Mas, com esse reduzido efetivo, e graças à parceria firmada com todos os órgãos de segurança aqui de Altamira, a gente tem feito um trabalho. A gente acompanha qualquer tipo de denúncia. Na nossa estatística foi ventilada a questão do tráfico de entorpecentes. A gente sabe que o tráfico de entorpecentes não está só envolvido com a exploração sexual, principalmente nas questões de roubo e furto. Para ter uma média estatística, a gente teve, em 2011, 55 traficantes presos, e 4 quilos e meio de *crack*, que é a droga que impera aqui nessa regional. Já no ano de 2012, a gente teve 176 traficantes presos e 43 quilos de *crack* apreendidos, além



de meio quilo de cocaína em pó, entorpecente este que não havia até o ano de 2011.

Então, dessa forma a gente mostra um trabalho, a gente tenta efetuar o que for possível. E, na questão de exploração sexual, das ene denúncias que chegam pelo Disque 100, bem como pelos apresentados quase sempre pelo Conselho Tutelar... E isso é uma verdade. Cinco conselheiros são guerreiros aqui. A gente vê o trabalho específico de todos os conselheiros, mas a Lucinha sempre procura a gente, a nossa Divisão Especializada em Atendimento à Mulher, a DEAM, através da Delegada Talita, que também é uma grande guerreira, efetuando um trabalho incansável. Reside no Município e está sempre à disposição. Apresenta uma capacidade jurídica muito boa. E é tanto por isso que as casas que foram fechadas, em Altamira, com indícios até o momento do crime de rufianismo, encontram-se sob a presidência da mesma.

A questão de Belo Monte e a Boate Xingu. A Boate Xingu funciona naquele local — agora, se não me engano, agosto de 2012 —, ela possui alvará da Polícia Civil, para fins de boate. Foi feita uma vistoria. É da competência de Vitória do Xingu, mas o nosso único responsável pela DPA — digo “único responsável” —, por gerir todas as licenças e todas as vistorias esteve no local uma única vez, principalmente devido a distância e ao trabalho que vem realizando em toda a Altamira. Os que aqui moram sabem que houve um *boom* em termos de inaugurações de novos estabelecimentos, quer sejam boates, casas de *show*, sucatas, lava a jato. E, em razão disso, ele esteve uma única vez. Foi constatado boate.

Infelizmente, esse proprietário que hoje se encontra preso criou uma nova boate. Ele pegou o alvará e xerocou esse alvará e ele mesmo se legalizou na outra ele criou uma nova boate. Ele pegou o alvará, xerocou esse alvará e ele mesmo se legalizou na outra boate.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Delegado, a Boate Xingu funcionava dentro do canteiro ou dentro da área expandida?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não. A grande questão é a seguinte: o senhor entrando no ramal do 27, tudo está em obras, uma vez que vai ser desviado o leito do rio pelo Sítio Canais. Só que existe uma vicinal, que já existia



há muito tempo nesse local. Nessa vicinal você tem entrada para o Sítio Canais e para o Sítio Pimental. A boate ficava distante da entrada do canteiro Canais quilômetros, enquanto da entrada do Sítio Pimental, uns 10 quilômetros mais ou menos.

Antes disso nós ainda temos a Vila São Francisco, distante, creio eu, uns 3, 4 quilômetros. Ela não ficava dentro do canteiro, mas na área de atividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Na área desapropriada para atividades da obra.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Eu não tenho conhecimento disso, mas que lá existem áreas desapropriadas, uma vez que já estão sendo construídos os canais para desvio do leito do rio... E também haveria áreas que ainda seriam desocupadas. Nós temos áreas públicas, como também particulares.

Agora, ela não fica dentro dos limites de canteiros, mas, sim, dentro dos limites de obras.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Ela é uma área sob proteção especial? Por exemplo, qualquer privado poderia construir ali ou precisaria de uma licença especial, por conta da obra?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Não. Creio que não seja necessária essa licença. Mas eu creio não ter esse conhecimento todo para responder.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Você estava falando do alvará. O alvará foi concedido a outra boate, e ele expandiu, ou foi concedido para essa?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Um dos alvarás para a boate seria o alvará da polícia, conhecida como DPA, que é a Divisão de Polícia Administrativa. Ele criou uma nova boate. Por isso justifica a operação do dia 14, em que o Delegado Lindoval foi com uma nova equipe, sob minha determinação, quando foram resgatadas mais 12 mulheres nesse local.

Ele criou, um pouco à frente, uma nova boate, e xerocou — uma cópia colorida do alvará concedido pela polícia — e se autolegalizou, por assim dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ou seja, delegado, ele pediu autorização, a legalização do DPA, que é obrigatória para qualquer estabelecimento,



independente de onde esteja localizado — é de funcionamento, da prestação daquele serviço para uma boate —, e, digamos assim, clonou, de forma criminosa, essa documentação, para justificar, para dar, digamos, a cobertura legal para essa que era o objeto dos acontecimentos. É isso?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Perfeitamente. É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E essa área, dessa boate, o senhor diz que não está na obra, vamos dizer assim, não está na área do canteiro propriamente dita, mas está na área adjunta, na área que está anexa, que foi desapropriada, onde existem outras atividades também vinculadas ao projeto. É isso?

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Exatamente. Na vicinal, no local onde ele está, eu acho que a gente tem, uns 3 quilômetros antes, a obra do Canais, que também não é dentro do canteiro; e creio que a uns 3 quilômetros a gente tem a Vila São Francisco, que já existia há bastante tempo; e um pouco mais na frente, novas obras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Entendi.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Eu acho que a vicinal toda se tornou um grande canteiro, por assim dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É claro.

O SR. CRISTIANO MARCELO DO NASCIMENTO - Então, em razão de tudo isso, a gente também apurou essa irregularidade. E ele é confesso nesse crime aí, da falsidade desse documento público. Consta no seu primeiro depoimento.

Então, essas situações que ocorreram fizeram com que a gente desencadeasse uma operação aqui em Altamira. Havia boates em que a gente sabia que poderia estar havendo prostituição. Restava a investigação para saber se havia exploração sexual, que poderia configurar o rufianismo, bem como o art. 229, que seria criar e explorar casa de prostituição. De posse disso e em razão dessa situação, a gente resolveu desencadear logo essa operação e encontrou outras mulheres nesses locais, as quais não queriam ser resgatadas. Mas, em razão de toda a problemática envolvida, a gente fez o fechamento disso. Essa situação é



objeto de inquérito policial, com prazo de conclusão de 30 dias, e está sob a presidência da Delegada Thalita.

E a questão da boate do Adão ainda não foi concluída. A gente tem prisões ainda em aberto. A gente não explicita essa situação por razão de sigilo, mas envolve aí, principalmente, o Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado, Delegado Cristiano, pelos seus esclarecimentos.

Continua facultada a palavra. Queremos ouvir ainda o nosso Ministério Público Federal, a nossa representante do Ministério do Planejamento, Dra. Cleide...

Com a palavra Dra. Cleide.

A SRA. CLEIDE - Eu só queria fazer um esclarecimento.

Essa área é uma área particular. Ela não é uma área pública, não é uma área federal.

Outra coisa também, a título de informação: a Secretaria de Direitos Humanos está instalando o Núcleo de Direitos Humanos aqui em Altamira. Essa instalação deve se dar agora nos próximos 60 dias.

Só para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - *(Inaudível.)* por suas considerações.

Com a palavra a Dra. Thalita, Delegada da Polícia Civil que esteve à frente também das investigações do caso.

A SRA. THALITA FEITOZA - Boa tarde! Eu cumprimento todos na pessoa do Deputado Arnaldo Jordy. Complementando o que o Superintendente da Polícia Civil, Delegado Cristiano, explanou anteriormente, eu participei das investigações no tocante à questão da Boate Xingu por ordem do delegado-geral, tendo em vista que a minha circunscrição é Altamira, e o Município em que se encontrava a boate era Vitória do Xingu. Por isso o delegado-geral determinou que eu auxiliasse nas investigações, uma vez que eu já tinha feito um curso sobre tráfico de pessoas e uma vez também que, como envolvia mulheres, e outra mulher está investigando o seu contato, elas se sentem mais seguras.

O que eu posso dizer é que nós estamos vigilantes quanto a isso. As investigações foram finalizadas. Nós conseguimos identificar todos os agentes



criminosos, conseguimos prender quatro integrantes da quadrilha. Estamos esperando algumas ordens para prender o resto dos integrantes. Mas o que eu posso garantir é que nós estamos diligentes quanto a isso. As investigações continuam, apesar de o procedimento ter sido finalizado, tanto no tocante a esse procedimento quanto a qualquer outro tipo de ação criminosa nesse sentido que possa haver em Altamira.

Como disse o delegado, nós fechamos algumas boates ou casas em que funcionavam esquemas parecidos com esse. No final de semana passado, mais especificamente no sábado, nós voltamos a esses estabelecimentos, e eles estavam fechados. Fomos a novos estabelecimentos e fechamos esses estabelecimentos. E estamos investigando para tentar encontrar se existe mais algum crime além dos que o delegado citou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Já?

A SRA. THALITA FEITOZA - Eu gostaria de ressaltar também que, no tocante às investigações quanto a exploração sexual, de 2010 a 2011 nós duplicamos o número de procedimentos, principalmente quanto às portarias. Em 2011 e 2012 nós quadruplicamos. Ou seja, além de as denúncias terem aumentado, os crimes aumentaram também.

Eu gostaria só de acrescentar também que a equipe diminuiu. A equipe de policiais, apesar de ter quadruplicado o número de procedimentos, diminuiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Delegada Talita, pelos seus esclarecimentos.

Gostaríamos ainda de manter a palavra aberta, se não vamos passar para os nossos processos de conclusão.

Companheira Antonia Melo para fazer suas considerações.

A SRA. ANTONIA MELO - Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa, à Comissão da CPI, a todas as autoridades aqui presentes.

Meu nome é Antônia Melo. Sou da coordenação do Movimento Xingu Vivo para Sempre, movimento de resistência contra essa monstruosidade de Belo Monte. Também sou do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará e de Altamira.



Primeiramente, para não perder o fio da história, a primeira Comissão da CPI (*ininteligível*) falou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por gentileza. Antonia, como é um microfone sem fio, acredito que ele está tendo interferência. Se você se aproximar mais da antena vai melhorar. Acredito que seja.

A SRA. ANTONIA MELO - Diferentemente do que falou a representante do Governo Federal aqui, de que a área dessa boate, chamada Xingu — ainda colocam o nome do Xingu, do nosso rio, uma desgraça dessas —, está, sim. É só a Comissão procurar o Decreto de Utilidade Pública de Belo Monte. Está sim.

Não venham dizer que o Governo, que as obras de Belo Monte não têm nada a ver com essa boate, com essa situação do tráfico humano, da prostituição infantil, que está acontecendo aqui. Tem tudo a ver!

Dizer que nós, do Movimento Xingu Vivo, temos um documentário recente que vincula, sim, a boate Xingu ao consórcio Belo Monte. Amanhã, estaremos divulgando esse documentário.

Mas dizer também que, no início dessa obra, a propaganda que foi feita por praticamente todo o Senado, a Câmara Federal, Deputados, Senadores, Prefeitos, Vereadores, de Brasília a Altamira, do empreendimento que seria mil maravilhas com respeito a todos e a tudo.

Criaram-se comissões de representação aqui do Governo Federal, e não sabemos para quem está, porque não funciona. Foram comissões que foram criadas no Congresso, no Senado, por Senadores, para acompanhar Belo Monte. Foram comissões que foram criadas na Câmara Federal para acompanhar Belo Monte. Foram comissões que foram criadas na Assembleia Legislativa do Estado do Pará para acompanhar Belo Monte. Foram comissões que foram criadas, aqui, em Altamira e na Câmara Municipal para acompanhar Belo Monte.

Pergunta-se, pessoal: onde estão essas comissões de acompanhamento desse projeto desastroso de Belo Monte? Nunca esses Deputados, esses Parlamentares botaram a cara lá no meio dos trabalhadores expulsos das suas terras, sendo mal pagos, sendo enganados, como, recentemente, há 15, 20 dias atrás, a Norte Energia derrubou a casa de uma agricultora, no Travessão do CNEC



— eu falo porque tenho provas, e acompanhamos — e não deu um centavo para essa trabalhadora rural. Nenhum! Jogou na Justiça!

Os casos na Justiça são vários, e as pessoas estão vivendo de favores por aqui, nas baixadas, nas casas de parentes. Foram expulsas de suas terras e não foram recompensadas. É como se a Justiça fosse, não estivesse do lado dessas pessoas violadas nos seus direitos.

O Judiciário tem uma grande culpa de tudo isso, porque até neste exato momento, tem sido omissos, negligentes. E quem é omissos e negligente com o crime apoia crime.

E por aí vai. São essas situações: pescadores, indígenas, as populações da cidade que estão sendo enganadas pela Norte Energia, que estão agora sem saber para onde ir. Mostraram um projeto e agora é outro. Uma situação drástica.

Além da investigação e de punição por esse crime sem precedente, tráfico humano e prostituição infantil, nós queremos também que a Comissão leve tudo isso para alguém que escute, porque o Governo não nos escuta. O Governo vira as costas; só atende e só recebe quem está do lado dele, como as empresas que estão aqui e outras pessoas.

Portanto, é isso. Alguma coisa tem que ser feita. Não podemos continuar dessa maneira, vivendo aqui em tamanha tragédia, falta de respeito e violação de todos os tipos de direitos humanos, socioambientais e por aí vai sem dar uma resposta em favor dessas pessoas e da população.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, companheira Antonia Melo.

Queria só prestar uma informação, dizer que esta CPI do Tráfico de Pessoas foi instituída muito antes da novela, porque alguém falou isso aí. A Comissão foi instituída em maio do ano passado, e acho que a novela que se inspirou na CPI; não foi ao contrário, não.

Nós já estamos investigando no Brasil inteiro, como disse o Deputado Maia. Já estivemos no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia, em Goiás. Estamos aqui hoje e vamos ao Acre. Estivemos, sexta-feira, em Monte Santo,



vendo a questão das adoções ilegais e daquela rede em que mulheres foram traficadas do interior da região metropolitana de Salvador para Espanha.

Os trabalhos, evidentemente, com o advento dessa novela, para sorte nossa, tendem a crescer. É importante que a sociedade possa denunciar. Eu concordo com o Delegado Cristiano: independentemente deste ou daquele Município, eu vejo isso como uma coisa positiva. A sociedade brasileira está descortinando um crime que está camuflado, escondido, travestido, inclusive, por outras modalidades criminosas.

Infelizmente, nós estamos ainda muito atrasados no enfrentamento dessa prática, que agride, que atenta contra o bem jurídico mais importante que é a vida humana.

Lamentavelmente, nosso Código Penal, nosso Código de Processo Penal, a legislação brasileira ainda são muito obsoletos em relação ao rigor com relação a esse tipo de crime. É muito mais fácil você penalizar o tráfico de armas, o tráfico de drogas. O furto de um celular corresponde à mesma dosimetria penal de alguém que faz a exploração da vida humana, do ser humano.

Então, tem muita estrada ainda pela frente, e a gente não vai percorrer esse caminho se não passar por situações como essa. Felizmente, a gente está conseguindo pelo menos iniciar este enfrentamento de uma forma um pouco mais contundente, digamos assim. Isso depende de todos, não é só desse ou daquele.

A gente continua franqueando a palavra. Pelo avançado da hora, a gente gostaria de ir caminhando para as nossas conclusões, porque não adianta a gente vir aqui debater sem tirar alguns encaminhamentos que possam ser do entendimento de todos.

Eu pergunto se tem mais alguém, alguma entidade, alguma instituição ou alguém que queira ainda fazer uso da palavra para a gente partir para as nossas considerações finais.

Pois, não.

O SR. MARCELO SOUZA DIAS - *(Fora do microfone. Ininteligível.)*
Novamente, Marcelo, do Fórum da Amazônia Oriental.

Nós não gostaríamos que ficasse despercebido ou que passasse por menor valor o que eu questioneei na minha fala, que fosse perguntado, para que constasse e se consignasse em ata, se há, além da relação ilegal, que já está claramente



posta, alguma atividade, por assim dizer, legal do proprietário da boate com o consórcio Belo Monte. Há notícias de que tem vários. Eu gostaria que fosse perguntado para a autoridade policial se, no curso das investigações, se isso chegou a ser objeto, se foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Então, quer dizer, a sua pergunta foi perfeitamente, acho, entendida por todos. Nós, aqui, da CPI, não temos essa informação. Eu até anotei, acho que todos aqui anotamos... Esta audiência toda está sendo taquigrafada, gravada, filmada, ouvida, sensoriada. Este registro é pleno, aqui. Evidentemente, todo o conteúdo aqui manifestado será objeto de investigação.

A gente apenas ratifica se o Dr. Cristiano ou a Dra. Talita têm alguma informação nesse sentido que possa nos fornecer. Não tendo, nós vamos investigar para saber se há alguma relação, vamos dizer assim, direta — indireta é claro que tem, mas se há alguma relação formal ou oficial ou...

Nós vamos ouvir agora, quem? Procuradora Dra. Thaís gostaria de fazer uso da palavra? Do Ministério Público Federal? Pois não.

A SRA. THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA - Olá. Bom dia a todos.

Cumprimento os Exmos. Deputados na pessoa do Deputado Arnaldo Jordy e os representantes das instituições presentes, a sociedade civil que sempre participa das discussões aqui em Altamira.

Eu gostaria de colocar três coisas: primeiro, com relação à gravidade da situação detectada nessa boate, em Vitória do Xingu; segundo, do pouco do que eu ouvi aqui, trazer para vocês a posição do Ministério Público Federal e, em terceiro lugar, o que nós estamos fazendo com relação ao problema local de Belo Monte, especificamente essa questão da violência sexual.

Diria o seguinte: apesar da gravidade desse crime, é uma morte anunciada a situação da exploração sexual aqui. Nós sabemos a quantidade de pessoas que vem para Altamira. Em conversa com a Delegada, há pouco, a situação dos trabalhadores no canteiro... Então, são muitas pessoas e a gente sabe que, onde existe uma obra da magnitude dessas, esse tipo de situação vai estar presente. Por isso é muito importante que o Estado venha a Altamira ver pessoalmente — eu digo



Estado, estou dizendo Governo Federal —, para ver o que está acontecendo aqui, porque realmente é muito grave.

Com relação ao crime específico do trabalho escravo, a posição do Ministério Público Federal é de que esse delito se configura; me parece que a questão é indiscutível. E é necessário também refletir um pouco sobre o trabalho escravo contemporâneo, porque a legislação, realmente, ela não... Ela é defasada. A gente tem de brigar com o Judiciário para tentar fazer uma tese de que a condição degradante é trabalho escravo; de que não é necessário que tenha uma vigilância armada para que se fale em trabalho escravo.

Então, o trabalho escravo contemporâneo não precisa de corrente; o trabalho escravo contemporâneo não precisa nem de arma; o trabalho escravo contemporâneo está ligado à ofensa à dignidade do trabalhador como pessoa humana.

Nesse sentido, eu quero dizer a dignidade... O trabalhador poder escolher o seu trabalho, poder sair do seu trabalho, poder escolher o seu destino, isso é dignidade, e o trabalho escravo tem de ser repensado pela Câmara dos Deputados nesse ponto.

Eu gostaria de fazer uma ressalva também. Seria importante a inclusão da exploração sexual no delito do trabalho escravo, mas isso não significa que, hoje, com a configuração penal que a gente tem, aqui não se configure na exploração sexual, tal como evidenciada nessa investigação, a submissão, a condição análoga à de escravo. Então, deixo aqui essa ressalva.

Ouvindo a participação dos senhores, eu me questionei também sobre uma questão: a situação dos trabalhadores no canteiro. Então, a gente tem que analisar um pouco isso, e acredito que seja necessária uma manifestação, inclusive do próprio Ministério Público Federal, com relação a isso.

Não é possível naturalizar uma situação extrema daqueles operários, no sentido de que sempre vai haver prostituição, de que é natural. Inclusive, pensando na conversa que tive agora com a Delegada, de que é natural que isso aconteça e que...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA - Exatamente.



Então, a gente tem aqui... Inclusive me questionei durante esta audiência se aqueles trabalhadores também não estão submetidos à condição, não digo do crime de redução à condição análoga de escravo, mas de condições sub-humanas mesmo de trabalho.

Então, é necessário, e eu vou fazer isso oficiando o Ministério do Trabalho, que seja feita uma fiscalização no canteiro, preocupada até, inclusive, com o aumento de outros crimes que possam ocorrer, mas preocupada mesmo com essa questão do trabalho escravo. Acredito que nós não podemos naturalizar situações que são desumanas, tá?

Bom, com relação ao tráfico de pessoas, eu colocaria mais um ponto sobre o qual eu sempre tenho... Pelo menos a reflexão eu tento colocar. O problema do tráfico não é um problema apenas de Altamira, e os senhores inclusive já colocaram aqui, mas a minha preocupação é a situação de vulnerabilidade dessas moças no local de origem.

E, aqui, eu diria aos senhores o seguinte: o Brasil é um país de contradições, não apenas com relação ao trabalho escravo. Se nós pensarmos Brasília, aqueles prédios maravilhosos, de repente a gente tem, no Pará, pessoas trabalhando, dormindo sob lona. Mas eu quero dizer o seguinte: o Brasil é um país de contradições porque é um país que exporta pessoas nesse tráfico para a exploração sexual. Isso é uma coisa inaceitável para um país que se coloca em pleno desenvolvimento, que se pretende colocar no mundo ao lado de países desenvolvidos.

Então, a situação de vulnerabilidade dessas pessoas não é só aqui, em Altamira. Se elas estão vindo para cá, estão vindo com uma expectativa de se prostituir numa obra cuja demanda é inacreditável. Acredito que essa situação de uma pessoa se colocar nesse trânsito, na busca de uma condição melhor de vida, para se prostituir numa situação dessas, é porque realmente a vulnerabilidade no local de origem deve ser extrema. E é assim que eu vejo o problema também do tráfico.

Outra questão que eu acho que eu gostaria de colocar aqui, e aí pensando um pouco o contexto da hidrelétrica, da construção da hidrelétrica... Não sei qual dos representantes da sociedade civil colocou que as pessoas estão morrendo aqui.



E eu diria duas coisas com relação a isso. Primeiro, no dia em que cheguei a Altamira, o primeiro processo que chegou à minha frente era de uma menina que estava aguardando a transferência para Belém, num hospital local. O Ministério Público Federal propôs uma ação civil pública para que ela fosse imediatamente levada a Belém. Ela ficou mais de 10 dias até que o pai fosse ao Ministério Público pedir isso. Essa menina morreu; morreu em Altamira, aguardando a sua transferência para Belém. Qual era a causa da doença dessa menina? Era diarreia. Era uma questão de alguma coisa que fez mal ao seu intestino.

Falo isso porque ontem, em conversa a respeito da saúde pública local, eu li um relatório que narrava o aumento do número de mortes ocasionadas por diarreia. Não sei o nome técnico que se usa para isso, mas, em outras palavras, o aumento de mortes ocasionadas pela falta de salubridade local é um problema ocasionado por uma demanda excedente relacionada à construção da hidrelétrica.

O que eu quero dizer com isso? Esse é um problema gerado pelo Estado, aqui, em Altamira. Então, a gente já parte de um Estado, que é o Estado do Pará, que, ao que me parece — eu não sou daqui, mas inclusive isso foi colocado aqui —, tem sido esquecido pelo Governo Federal. Então, a gente já parte de uma situação que não é aceitável, mas esse aumento da demanda local é responsabilidade do Governo Federal.

E eu coloco isso como hoje, do tempo que estou aqui, em Altamira, como representante do Ministério Público Federal... Ou seja, a posição do Ministério Público Federal, hoje, com relação a essa hidrelétrica, é de que é necessário que o Governo se responsabilize e responsabilize os órgãos que deveriam estar atuando aqui, entre eles eu cito a FUNAI, o IBAMA, a Polícia Federal — que me narra que o efetivo já chegou a ser, em Altamira, de quase 30 policiais; hoje eles estão com 16 agentes. Ouvi agora que a Polícia Civil hoje teve quadruplicada a demanda, sendo que o número de agentes diminuiu. Isso é, na minha opinião, inaceitável. Então, a gente tem uma demanda excedente gerada pela construção dessa obra, e os órgãos locais estão desestruturados para dar conta não só do excedente, mas da normalidade.

Então, na minha posição, hoje, eu diria que o Ministério Público Federal vai atuar, com relação à exploração sexual, acompanhando os trabalhos. E eu



parabenizo o Prof. Assis por esses trabalhos na Comissão, acompanhando esse trabalho preventivo, e eu digo preventivo no sentido de trabalho continuado. Eu sei que mídia é bom, essa repercussão é importante, mas as coisas vão continuar aqui e vamos acompanhar esse trabalho.

Sobre a questão específica desse crime, nós aguardamos o término dessas investigações para que seja acionado — e aqui eu me coloco como a titular da ação penal — o crime de trabalho escravo, talvez em conexão com todos os outros que se verificaram.

Com relação à hidrelétrica, à demanda excedente gerada por essa hidrelétrica, eu tenho firme, hoje, que a posição do Ministério Público Federal é exigir, via Governo, via Judiciário — sempre é preferível que seja feito esse diálogo —, que os órgãos locais estejam estruturados para dar conta da demanda local. É a isso que me proponho e pretendo tentar trabalhar nos próximos dias.

É isso. Agradeço o convite para participar desta audiência e parabenizo os senhores pela vinda a Altamira.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dra. Thais.

Vamos facultar a palavra à Vereadora Gerusa Gouveia, que pediu para fazer uso da palavra.

A SRA. GERUSA GOUVEIA - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar todas as autoridades aqui presentes.

Como Vereadora e como mulher, quero me solidarizar com o movimento e dizer que todos nós, Vereadores, estamos juntos com vocês no que for preciso. Dizer que o Presidente da Câmara, Adriano, e nós, Vereadores, estamos já com essa audiência marcada — vamos, aliás, marcar — com a Norte Energia e vamos cobrar deles realmente aquilo que foi prometido em relação às condicionantes. E pedir a vocês, autoridades, Governo estadual, que nos ajudem no que for preciso também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Vereadora.

Último inscrito ou a última. Quem ainda gostaria de fazer uso da palavra? Mais alguém? *(Pausa.)*



A SRA. ANTÔNIA PEREIRA MARTINS - É só para reforçar que vocês vão conversar com todas as pessoas que falaram na questão do fortalecimento da política pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo.

A SRA. ANTÔNIA PEREIRA MARTINS - Então, tem umas coisas que não podem passar deste ano, entendeu? Vocês têm que levar muito isso em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Claro. Nós vamos ainda para os encaminhamentos, para os finalmente.

Vamos passar a palavra à Mesa para as considerações finais rapidamente, depois para as conclusões da nossa... Tem um conjunto de sugestões aqui, evidentemente se a maioria estiver de acordo.

Vereador Adriano.

O SR. ADRIANO BATISTA DO COUTO - Eu quero agradecer a todos os Deputados aqui, agradecer a todos esses movimentos sociais que estiveram presentes, aos órgãos de segurança, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Polícia Civil, aos Vereadores desta Casa, à imprensa mais uma vez.

Deputado, acho que foi relatado por todos que usaram a palavra que aqui é uma situação preocupante. Apesar de esta CPI ser direcionada à questão do tráfico de pessoas, mas isso tudo já começou e aumentou muito no nosso Município depois desse grande projeto que é Belo Monte.

Quero aqui dizer à companheira Antônia Melo, do Movimento Xingu Vivo, que essa nova Câmara que tomou posse agora, Antônia, a gente vai criar, assim, uma comissão provisória para acompanhamento de Belo Monte, coisa que até o pleito passado não se tinha criado. Realmente, este Poder Legislativo tinha ficado fora das discussões. Agora, todos os Vereadores me solicitaram, e vamos criar essa comissão provisória para o acompanhamento de Belo Monte.

Deputado, a gente necessita muito do apoio de vocês, haja vista que é uma obra federal, e muitos desses relatos aqui são direcionados. Quero pedir para vocês que nos ajudem nesse sentido, em todas as áreas, porque hoje Altamira necessita, sim, dessas políticas públicas para que possamos, amanhã, dizer: foi construído Belo Monte, mas alguma coisa de bom ficou para o Município de Altamira.



Até o momento, como já foi dito, as condicionantes, que o próprio IBAMA deu a licença de instalação, muitas delas não foram cumpridas. É isso que a população clama, é isto que a população espera que seja cumprido.

Meu muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado ao Vereador Adriano.

Eu, mais uma vez, aqui, reitero a atenção de V.Exa. Quando nós solicitamos para realizar esta audiência aqui na Câmara, de pronto V.Exa. se colocou à disposição. Com certeza, nós estamos também lá à disposição dos Vereadores e Vereadoras daqui, da Câmara Municipal, não só de Altamira, como também de Vitória do Xingu.

Vou passar a palavra ao Deputado José Augusto Maia, membro da nossa Comissão, e informar a todos que é pretensão nossa ainda ir fazer uma visita lá no empreendimento, lá na boate.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Eu pude observar em todas as falas das pessoas aqui que quase todos têm o mesmo pensamento. A gente observa aqui os problemas que a hidroelétrica, depois que ela chegou aqui, os problemas sociais de infraestrutura, de tudo.

Eu quero dizer que, vocês falando aqui, eu lembrei da minha terra, de Santa Cruz do Capibaribe, lá em Pernambuco. Uma cidade que era como... Eu tenho certeza que vocês tinham uma vida muito feliz no meio dessa mata.

Eu via pelo avião, não era? Enquanto lá a gente está morrendo de sede, em Pernambuco, a maior seca dos 30 anos, eu, sobrevoando o avião, só vendo água, só vendo beleza, só vendo agricultura, eu digo a vocês que fico encantado com uma coisa desta, as riquezas naturais.

Mas minha cidade, lá no interior de Pernambuco, Santa Cruz, foi uma cidade pequeninha também, um dia, muito feliz, com o rio Capibaribe ao lado, que dá o nome de Santa Cruz do Capibaribe. Eu brincava que eu tomava banho no rio e que o povo bebia água de cacimba. Hoje, a nossa cidade se tornou o segundo maior polo de confecções do País, lá no interior de Pernambuco, perdendo só para São Paulo. Mas aquela cidade feliz, que era Santa Cruz do Capibaribe, em que eu fui



criança e que, como disse, tomei banho no rio, o rio foi todo poluído. Hoje, entrou lá, morre, a água é toda poluída.

A minha cidade se desenvolveu com a confecção e chegou a ser, de uma cidade pacata do interior de Pernambuco, a cidade mais violenta do Norte e Nordeste do Brasil, com o maior índice de violência em homicídios, em estupros, assalto a bancos; todo o tipo de violência Santa Cruz é campeã. E eu vendo aqui também o maior Município do mundo em extensão territorial. E aí eu, vendo a minha cidade... Eu vi a cidade se desenvolver na confecção. Todo mundo começou a confeccionar, cresceu, se desenvolveu.

O que eu pude constatar aqui é que o desenvolvimento traz problemas sociais, estruturais, não tem como. De um tempo para cá, essa cidade recebeu quantas pessoas, depois que começou a usina aqui, a hidroelétrica? Quinze mil, 20 mil, 30 mil, 40 mil pessoas, até, há quem diga. E, é claro, aí vêm os problemas. A mesma coisa foi na minha cidade. Enquanto o País tenta crescer, Ministério Público, Polícia Federal, vocês aqui que nos escutam, 3,5%, 4%, 5% ao ano, Santa Cruz crescia 18%, 19%, 20% ao ano. No espaço de 10 anos, ela triplicou, quadriplicou seu número de habitantes. Era a 20ª cidade do interior, passou a ser a 5ª cidade do interior de Pernambuco. E aí? Aí vieram os problemas: a violência, a falta de saneamento, de educação. E aí audiências como esta aqui aconteceram em Santa Cruz do Capibaribe, e não foram poucas — muitas! —, pela violência, por tudo isso que vocês falam aqui. Eu digo assim: por isso que eu estou nesta CPI, porque também aconteceu na minha cidade a mesma coisa. Aqui na Bahia está acontecendo e em outros cantos, e não é só por uma hidroelétrica, não.

Agora, um dia, graças a Deus... E eu hoje sou Deputado Federal e agradeço muito aos 8 anos em que fui Prefeito. Eu acho que os problemas que há aqui... e nós vamos tratar da CPI, que é do tráfico de pessoas no Brasil — e é no mundo inteiro. A gente está tratando e vai tratar, com o maior afinco, toda esta equipe de Deputados. Porque falam muito do Congresso Nacional. A gente é alvo de muitas críticas. Vocês observam que só as notícias ruins saem na mídia: o Cachoeira, os escândalos que há por aí, em todo o canto. O que há de bom é muito difícil sair, não é, Deputado? As coisas boas são muito difíceis de sair. Como aqui, as coisas ruins,



em um instante, deram notoriedade nacional: o tráfico de pessoas, essa prostituição que há aqui.

Eu quero dizer o seguinte a vocês: que a gente está colhendo todas essas informações aqui, e estamos rodando este País inteiro, para que a gente possa dar a nossa contribuição, junto com vocês, para que a gente acabe com esse crime.

Agora, nós temos também que cobrar de todas as autoridades do Governo Federal, do Governo Estadual, do Governo Municipal, da Câmara, com seus Vereadores. Todos são responsáveis por também melhorarem as condições sociais e estruturais do Município. É necessário que todo mundo se abrace. Na minha cidade, a gente resolveu. Deixamos de ser a cidade mais violenta do Norte e Nordeste do Brasil para ser exemplo de segurança para o País. É interessante. Eu sou da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado por esse trabalho que eu fiz em Santa Cruz.

Então, é preciso, também, a sociedade se unir com as autoridades e essas organizações, as pessoas organizadas, cada um no seu setor — direitos humanos, Ministério Público, que está aqui. Lá, também nós abraçamos o Poder Judiciário, a Prefeitura, todos, e fizemos um conselho. E, com a educação, tiramos as crianças da rua.

Estava até conversando com o Deputado que o nosso programa de segurança em Santa Cruz teve repercussão nacional e internacional. Ganhei prêmios, até para ir para a Europa. Lá foi construído um *shopping* de confecções. Eu disse ali: em todo canto do Brasil em que eu chego há uma pessoa de Santa Cruz do Capibaribe vendendo confecções, uma loja ou alguém está vendendo, no País inteiro. Nós recebemos 30 mil pessoas... Vocês estão recebendo aqui 30 mil ou 40 mil, que vieram morar. Nós recebemos 30 mil pessoas por semana, lá, de compradores. Imaginem cada um levando dinheiro para comprar confecções, deixar dinheiro, como a bandidagem foi para lá também. Foi o caos. Mas a gente resolveu o problema.

Precisamos fazer o seguinte: que todos se deem as mãos. Os problemas têm que ser resolvidos. E o começo, digo a você, Polícia Federal, Ministério Público — à representante aqui — e todos aqui do Governo Federal, as associações organizadas, a Câmara: é a educação. Lá, em Santa Cruz, nós resolvemos tirando



crianças da rua, setorizando a cidade, monitorando a cidade. E também com uma parceria entre todas as instituições governamentais. Todos se uniram com a educação. A gente hoje goza, em Santa Cruz do Capibaribe, de uma cidade que se tornou o segundo maior polo de confecções do País, recebe 30 mil pessoas e é exemplo de segurança para este País.

Então, eu quero dizer que nós estamos aqui, viemos para colher informações, vamos cobrar do Governo Federal, que é a nossa função aqui, como Deputados Federais.

Estivemos com a Ministra Maria do Rosário. Nossa Comissão esteve lá. Ela elogiou muito o Conselho Tutelar. Eu quero até dizer que se realmente o Governo... Ela disse para a gente — e nós estamos aqui e queremos averiguar — que a parte dela na questão de direitos... na questão do Conselho Tutelar, ela tem contribuído. Mas nós cobramos dela. Ela é uma Ministra e tem outras ações do Governo Federal que precisam ser revistas aqui neste Município. Com esse desenvolvimento que chegou, a gente não pode aqui também chegar para dizer a vocês que a gente é contra uma hidroelétrica, porque não temos... não vamos dizer que essa hidroelétrica não vai acontecer. Estaríamos mentindo para vocês. Ela vai acontecer e está acontecendo. Agora, os problemas que ela deixa têm que ser resolvidos.

A nossa parte é esta nossa CPI. Vocês tenham certeza de que a gente vai, até o final, com certeza, ter um sucesso muito grande. Mas que os outros problemas que são... que a senhora falou aqui, que eu ouvi, quase todos problemas sociais, têm que ser resolvidos, cobrando dos Governos Estadual, Federal, Municipal, mas também a população contribuindo. Eu tenho certeza de que tem muita gente aqui que quer ver essa terra feliz, sem esse tráfico.

E uma coisa... Até eu faço uma pergunta aqui. É que a questão da prostituição no exterior, na Espanha, é legalizada. Aqui é contravenção, mas não é crime se prostituir. Tem uma coisa meio dúbia aí, não é, que é preciso também, dentro desta Comissão, a gente estudar para que alguma lei... que a gente lá na Câmara discuta essas coisas também, porque é importante que a gente veja isso, não é?

A coisa é contravenção... porque uma boate para dançar, para brincar, para tomar seu drinque, em todo canto do mundo tem. Agora, uma boate para



prostituição, aí a coisa muda de endereço. Aí é uma coisa que a gente tem que observar se está dentro da área. Não sei. É o que a gente vai observar, se está ou não está. Mas vamos ver.

Bom, era o que eu tinha a dizer a vocês. Agradeço muito as informações. O nosso Presidente aqui é competentíssimo e vem juntamente também da terra de vocês. A Vereadora... Eu sou do PTB, e a Vereadora que falou aqui é do PTB, eu soube aqui. Eu sou também petebista. Mas há aqui o nosso outro Deputado, que faz parte de uma outra Comissão, mas é a mesma coisa. Estamos no mesmo caminho. E quero dizer que a gente, se Deus quiser, vai ter... Começamos, como disse aqui, em maio do ano passado. Muita gente pensa no negócio da *Globo*, como já foi dito. Foi bom, porque a *Globo*... quando a gente falava só, era uma coisa, mas quando a *Globo*, ou outra televisão, não só a *Globo*, mostra um caso desse no exterior, como aconteceu, aí toma uma dimensão muito maior. E aí esta Comissão... Até foi bom mostrar aquilo na mídia nacional, porque nos dá mais força para que a gente continue com a nossa batalha.

Muito obrigado a todos. E vamos continuar com os nossos encaminhamentos aqui agora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado José Augusto, pelas suas considerações.

Vou passar a palavra agora para o Deputado Cláudio Puty para fazer também suas considerações.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Vou tentar ser breve, se bem que todo mundo que diz que vai falar pouco fala muito. Então, eu não me responsabilizo.

Os relatos aqui são muito impressionantes. E, Deputado José Augusto, para nós, que somos do Pará, a questão não é a construção. Eu não estou dizendo que o senhor disse isso, mas a questão não é a obra. Quer dizer, a questão não é construir uma obra ou não, é o padrão de relação do Estado brasileiro, historicamente, com a região.

Altamira eu acho que é um símbolo disso, porque é fruto da construção da Transamazônica, da atração de pessoas de outra região para diminuir a pressão com reforma agrária no sul do País, em projetos de colonização que, enfim,



basicamente jogaram muitos desses trabalhadores rurais no meio de uma selva e, depois, com a crise da dívida, não houve condição de manter... de manutenção da estrada, enfim, com as suas consequência ambientais e para a vida das pessoas, o que levou a vários movimentos aqui na região, particularmente o movimento pela sobrevivência na Transamazônica. Então, a história não é nova.

Eu participei das audiências aqui de Belo Monte e falei na audiência — à época, nós estávamos no Governo do Estado — que nós não queríamos uma outra Tucuruí. Isso gerou um mal-estar enorme junto ao Ministério de Minas e Energia, como se não querer outra Tucuruí fosse uma coisa ruim. Esse foi o contraponto que eu tive lá com o pessoal da ELETRONORTE. Eles avaliam que a Hidrelétrica de Tucuruí foi boa para o Município.

Nós temos aqui um representante de Tucuruí, o Jones William, que foi Vereador, candidato a Prefeito de Tucuruí. O Município de Tucuruí, em 1975, quando do início da obra — aí no meio de uma ditadura, ela começou a ser construída em 1 ano —, passou de uma localidade de 5 mil habitantes para quase 100 mil, em 1982. Então não há a mínima possibilidade... Obviamente, depois de 30 anos, o Município de Tucuruí é um bom Município, mas é impossível nós sabermos o que teria sido de Tucuruí sem a hidrelétrica. É uma falsa comparação, se melhorou ou piorou, porque cresceu muito, não é? Se continuasse a ser uma localidade de 5 mil habitantes, o que é que seria? Enfim, não dá para retroagir na história.

Mas o fato é que o que chama a atenção nesse caso e em diversos outros casos é a disparidade entre a atenção que se dá para o planejamento do setor elétrico e para a centralidade e preocupação com a obra e a dificuldade que nós temos de estruturar o sistema básico. Nós estamos falando aqui de um CAPS, nós estamos falando aqui de uma delegacia da mulher, nós estamos falando de contingente da polícia. É a disparidade nisso tudo. Eu tenho certeza de que os representantes locais do Governo Federal, o representante dos movimentos sociais têm percepções muito parecidas, de quase perplexidade. Então, essa diferença na prioridade — acho que é o caso — é o que mais chama a atenção, e é sobre isso que nós temos que nos manifestar.

As condicionantes do EIA-RIMA têm que ser cumpridas, senão a obra tem que ser parada, porque isso é a lei. É a lei! Não é nada mais do que está previsto na



legislação, do que foi firmado nas audiências públicas. Se não for cumprido o que foi estabelecido, a obra tem que parar. E aí eu queria fazer... Simples assim, me parece, não é?

Então a nossa vinda aqui não é uma vinda para tratarmos pontualmente do caso, que é um escândalo. Ele não vai ser suficiente, se nós não pactuarmos com o Estado brasileiro, com o Governo Estadual, com o Governo Federal, principalmente, uma agenda mínima — esse é até um termo maldito —, o mínimo aceitável no tratamento com as pessoas da região, para que uma obra dessas possa ocorrer. E nós sabemos que há planejamento para outras sete hidrelétricas no Rio Tapajós e para tantas outras. Então, nós não queremos, mais uma vez, a repetição dessas mortes anunciadas, como alguém mencionou aqui.

E, para não me alongar, eu queria fazer algumas perguntas, só para esclarecer. Chamou-me muito a atenção algumas coisas que foram ditas aqui.

Queria perguntar para a Delegada Talita e para a Delegada Anelise o porquê da diminuição do efetivo, tanto no que se refere à Polícia Federal quanto à Polícia Civil. Vocês avaliam que medidas a gente pode tomar para reverter isso?

Para a Mônica. Você falou da criminalização dos movimentos sociais. Eu já conversei com representantes de movimentos sociais que falam que parte da relação com o movimento social é feita pela própria empresa. Isto não tem a mínima possibilidade de dar certo, no que se refere a direitos de cidadania: botar um consórcio de empreiteiros para lidar com o movimento social, inclusive tratamento com as comunidades indígenas, cooptação de caciques, enfim. Então eu queria que você falasse um pouquinho, explicasse um pouquinho mais o que você chamou de criminalização do movimento, porque eu acho que isso deve servir como lição para outras.

Nós, obviamente, queremos que o Brasil resolva seus problemas de fornecimento de energia elétrica. Nós somos uma sociedade que está consumindo cada vez mais. As pessoas, às vezes, falam, mas querem... A sociedade, no geral, quer ter seus bens de consumo. Nós temos uma ascensão social muito importante, tudo o mais. Para nós não sermos hipócritas, nós temos que pelo menos aprender com a experiência e ser absolutamente duros no respeito a nada mais, nada menos do que a lei. Acho que é o mínimo que nós podemos exigir nesse caso.



Então, eu queria passar a palavra para vocês para que rapidamente a gente pudesse tratar desse assunto, porque isso diz respeito ao nosso poder fiscalizatório, enquanto Poder Legislativo.

A SRA. ANELISE WOLLINGER KOERICH - Deputado Puty, agradeço a sua preocupação com relação à realidade de Altamira. Aqui, para ser breve (*falha na gravação*) agradecer a sua preocupação com relação à situação de Altamira e dizer que nós tivemos recentemente um concurso aqui para agentes de Polícia Federal, e as vagas de Altamira não foram preenchidas. Por quê? Porque hoje Altamira é a pior lotação do Departamento de Polícia Federal. As pessoas não têm nenhuma atração para vir para cá, porque simplesmente não se consegue pagar os aluguéis da cidade. O custo de vista é extremamente elevado. Não é só a Polícia Federal que sofre com isso. Os demais órgãos também sofrem: INCRA, FUNAI, ICMBio. Todos os outros também passam por essa problemática.

Com relação especificamente à Polícia Federal, Deputado — eu vou até lhe passar depois, aqui —, existe um projeto de lei tramitando na Câmara com relação ao adicional de fronteira que está previsto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Gratificação Adicional de Fronteira.

A SRA. ANELISE WOLLINGER KOERICH - Isso. Para locais de fronteira ou de difícil provimento, que é o caso de Altamira. É o Projeto de Lei — eu vou lhe passar aqui — nº 4.264, que está na Comissão de Trabalho desde dezembro de 2012. A expectativa era que fosse aprovado no final do ano passado, mas não temos notícia. Vou pedir então, encarecidamente, aos Srs. Deputados que, se puderem nos apoiar... porque hoje a nossa realidade é difícil por conta disso.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. ANELISE WOLLINGER KOERICH - Esperávamos que fosse por medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É, mas quando é para resolver, vai por medida provisória; quando não é para resolver, fazem um projeto de lei. A regra é essa.

A SRA. ANELISE WOLLINGER KOERICH - Mas, de qualquer forma, ressaltando aqui a fala do (*falha na gravação*).



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Vamos ouvir agora...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, pois não. Desculpe.

A SRA. ANELISE WOLLINGER KOERICH - *(Ininteligível.)* a fala da Dra. Thais, na verdade, claro, os problemas de Altamira a construção da usina trouxe para a cidade, mas passam também por uma reestruturação do Estado brasileiro. Acredito que o Estado não se preparou para a vinda desse empreendimento. Então, a doutora passa aqui por problemas. A FUNAI não consegue fazer *(falha na gravação)*. Alô. Alô. Acho que melhorou agora.

Bom, conforme a fala da Procuradora da República, a usina de Belo Monte trouxe alguns transtornos para a cidade, mas o Governo brasileiro de certa forma não se preparou para a vinda desse empreendimento, porque os órgãos responsáveis pela fiscalização, inclusive de toda a problemática que vem junto — desmatamento, etc. —, os órgãos aqui não têm condições de atuar. O INCRA está falido, o ICMBio, a FUNAI, o IBAMA, a própria Polícia Federal. Se vocês forem hoje à nossa sede, vocês choram; chove na nossa cabeça. Então, a gente entende que o Governo Federal, se entende que essa obra é prioritária do PAC, também tem que trazer os seus próprios órgãos para cá e enxergar esses órgãos de uma maneira especial; reestruturar esses órgãos e de alguma forma possibilitar que o nosso trabalho seja melhor desenvolvido. Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dra. Anelise, obrigado pelos seus esclarecimentos.

Dra. Talita, por gentileza. *(Pausa.)*

A SRA. TALITA FEITOZA - Acrescentando ao que a Dra. Delegada da Polícia Federal estava dizendo, nós temos muitos problemas com efetivo, justamente porque ninguém quer trabalhar em Altamira, por causa de falta de atrativos, dentre eles as questões de moradia, alimentação. Nós enfrentamos esses problemas.

O outro fato é o seguinte: muitos servidores acabam conseguindo a transferência do Município, e eles não são substituídos. Aí está o nosso grande problema com relação à questão do efetivo da Polícia Civil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Dr. Assis, pode falar.

O SR. ASSIS OLIVEIRA - São duas questões. A primeira: ano passado, houve duas reuniões, inclusive com a Casa Civil, para poder discutir uma situação para as instituições federais. Inclusive esse projeto de lei que está tramitando no Congresso seria ampliado para que, em áreas em que haja projetos do PAC, haja um incentivo no salário dos servidores, para que eles possam querer ficar nesses locais. Porque, senão... Não é somente a polícia. Também a Universidade sofre com a mesma questão, a FUNAI sofre com a mesma questão, o ICMBio e o IBAMA sofrem com a mesma questão. Não querem, porque sabem que a condição de vida aqui é terrível.

Uma outra questão é a rede socioassistencial do Município. Estou falando de CREAS, CAPS (*ininteligível*) sofrem o mesmo problema, mas com relação à disparidade de salários entre o que um psicólogo ou um assistente social recebe pelo Município e o que pode receber através de uma empresa dentre as várias empresas que existem aqui. Chegam a receber quatro vezes mais o salário que eles ganham no Município; é o que eles podem ganhar com as empresas. Portanto, hoje, o Município não possui psicólogo e assistente social para poder atender a rede socioassistencial do Município, porque não consegue pagar nem chegar próximo do que as empresas pagam aqui para custear a vida desses trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos concluindo.

Pois não, Regina.

A SRA. MÔNICA BRITO SOARES - Bem, sobre a criminalização dos movimentos sociais e as pessoas ligadas aos movimentos. Só no ano de 2012, algumas lideranças de vários movimentos foram criminalizadas pelo consórcio. Fomos acusados e proibidos também... três liminares proibindo a nossa tramitação na rua. Nós não podíamos passar onde tinha escritório do consórcio. Então, as pessoas envolvidas foram eu, a Melo, o Lázaro, a irmã Inês e um padre, que também eu esqueci o... Ele é de Brasil Novo.

Então, são pessoas que sempre estão no movimento conosco. E por nós sermos coordenadores de alguns movimentos, então a Norte Energia resolveu pontuar assim, voluntariamente, os nomes para tentar nos abater. E o último foi um



mandado de Belo Monte também, e nós só não fomos presos porque todos os advogados de direitos humanos tiveram que vir para cá e nos defender. Porque nós tivemos que fazer um depoimento na polícia e, na polícia, essa liminar já estava na preventiva. Foi uma coisa absurda. Nós não estávamos nem... Algumas pessoas nem estavam na cidade.

(Não identificado) - Mas quem acusa, a Norte Energia?

A SRA. MÔNICA BRITO SOARES - Todos são da CCBM, todos os mandados nos criminalizando, nos enquadrando como organizadores de quadrilha. Então, quer dizer, uma coisa absurda. E nós queríamos até cobrar indenização por danos morais, porque uma emissora ligada ao consórcio, que ganha propina essa emissora, que ficou nos acusando, nos chamando de baderneiros, um monte de nomes pejorativos nos ofendendo. Então, a gente ficou... Cinco processos. O Dr. Marco Apolo foi que... e os advogados da SDDH que nos defenderam, porque, senão, a gente tinha se tornado assim bandido lá dentro da penitenciária, porque o consórcio vem, quer mandar e quer eliminar as pessoas que eles acham que lutam, que não gostam do que eles estão fazendo. E a gente tenta denunciar para tentar mudar esses desmandos deles aqui na cidade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Mônica.

Bom, gente, desculpem-me. Eu estou aqui sendo um pouco chato, mas meu papel um pouco é esse, porque nós temos uma agenda e nós queríamos ir lá ver; nós não vamos abrir mão. Eu recebi aqui um bilhetinho. A imprensa gostaria de acompanhar. Não tem problema algum. As nossas atividades aqui são todas públicas. Quem quiser acompanhar pode acompanhar — as autoridades, as entidades.

(Não identificado) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Na quinta-feira passada... Vou já lhe passar a palavra.

Na quarta-feira passada, nós tivemos uma audiência com a Ministra Maria do Rosário. E, nessa audiência, estiveram vários membros da CPI — eu, o Deputado José Augusto, a Deputada Flávia Moraes, que foi Relatora da CPI, o Deputado Luiz Couto, que é vice-Presidente da Comissão; acho que foram esses os Deputados. E eu discutia, conversava com a Ministra e dizia, mais ou menos, o que a nossa



procuradora federal aqui também sintetizou, de que esta foi... esta é uma tragédia anunciada. Todos nós sabíamos que alguma coisa parecida com isso iria acontecer. Não dava para profetizar, não dava para adivinhar exatamente o episódio, mas era inevitável que isso acontecesse.

E é importante que a gente possa aprofundar esse debate, mesmo na tragédia, porque isso tem um efeito pedagógico. Todos nós... o Ministério Público Federal tem 14 ações para tentar garantir o acautelamento dessa insanidade que é o *modus operandi* desse projeto — várias! Nós fizemos, no ano passado, duas audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos aqui no Estado, uma na Assembleia Legislativa, com a presença inclusive do D. Erwin. Estivemos com a Ministra Celina Almeida, numa audiência pública da Justiça Federal em Brasília, com todos os órgãos do Governo — isso em outubro de 2011 —, apelando à Ministra.

O nosso amigo representante da FUNAI quase que apanha nessa audiência pública, não por algum ato de violência, mas os índios estavam tão indignados, Deputado Puty, que nós vimos ali a possibilidade de um ato mais... Coitado, era um sujeito que estava lá representando o Márcio Meira, o Guapindaia, um amigo, uma pessoa, um sujeito... Estava lá representando a FUNAI e quase passa por um constrangimento mais sério, porque nós apelávamos aos juízes federais que pudessem exigir o acautelamento, as chamadas condicionantes para esse projeto, porque senão essa tragédia ou essas tragédias haveriam de acontecer.

Porque é fácil o raciocínio. São milhares de pessoas que migram, atraídos pela visão deturpada do “desenvolvimento” — entre aspas —, do crescimento econômico, porque ninguém pode ficar no atraso. E todas as vozes que se levantam no sentido de dizer: “*Calma, esse padrão de desenvolvimento nós não queremos, porque já vimos isso acontecer na Amazônia diversas vezes*”. Esse padrão de desenvolvimento resolve talvez, em parte, porque é dúvida se esse complexo vai produzir 12 milhões ou 15 milhões de megawatts de energia. Há quem diga que isso talvez não chegue à metade.

Mas isso talvez beneficie a produção de energia numa relação custo-benefício absolutamente absurda e resolva o problema de duas, três ou quatro empreiteiras que são as donas desses contratos no Brasil, desde que o Brasil é Brasil. Não se pode dizer que é desse ou daquele Governo. Esse é um problema estrutural do



capitalismo brasileiro. Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa são as mesmas que geralmente financiam as campanhas eleitorais. E eu sei e falo à vontade, porque aqui nenhum desses três é financiado por essas empresas, com certeza. Mas, enfim, financiam muitas campanhas.

As empresas que prestam serviço, na sua grande maioria, são empresas de fora do Estado do Pará, até para o cadastramento de fauna e flora. Nós aqui, em plena Amazônia, na maior biodiversidade do mundo, com o museu Emílio Goeldi, com a UFRA, com a Universidade Federal do Pará, com o Instituto Evandro Chagas e tantos outros institutos, quem fez o cadastramento de fauna e flora das áreas devastadas foi uma empresa de Curitiba. Saco plástico aqui não se compra dos fornecedores do Estado do Pará. Quer dizer, tudo isso é um projeto que representa um entrave.

O Deputado Puty falou em Tucuruí. Foi um projeto de 30 anos atrás, e até hoje o MAB está lutando para conseguir cesta básica e *kit* antimalária da ELETRONORTE. Até hoje!

Um dia desses — coitado! —, o Roquiam estava foragido da polícia, porque fez uma pirotecnia: ameaçou apertar um botão numa usina, sei lá. Alguns se lembram disso. Foi há alguns... há pouco tempo. Virou fugitivo da polícia! Nós tivemos que esconder o Roquiam lá em Belém, dentro de uma igreja, juntamente com o Padre Ari, com a Vera, com outras pessoas, porque estava perseguido pela polícia como bandido, porque reivindicava cesta básica e *kit* antimalária para aquele povo que está aí largado.

Esse é o enredo que nós já sabíamos. Nós já vimos isso. E pedíamos para a Ministra o acautelamento, porque sequer as medidas cautelares, as chamadas condicionantes... na última audiência que tivemos com o Ministro Lobão, não havia 20% das condicionantes cumpridas.

Um fluxo migratório, como disse o Deputado José Augusto, de 20 mil, 30 mil pessoas para uma região, coisa que deveria acontecer em 10, 15 anos, acontece em alguns meses, e o número de policiais é o mesmo ou diminui, como ouvimos aqui; o número de assistentes sociais, a rede de proteção social, o número de médicos, de hospitais, de escolas, de vicinais, de investimentos é o mesmo.



No que vai dar isso? É difícil de adivinhar? É difícil de prever? É algo daqueles que não querem o desenvolvimento? Esse desenvolvimento nós não queremos, porque nós sabemos que o custo, o passivo social, ambiental, humano, vai ficar para quem menos tem condições de arcar com isso, que são o Município e o Estado, que, aliás, não são ouvidos neste pacto federativo colonizador que ainda existe no Brasil, Deputado Puty e Deputado José Augusto.

O Estado do Pará... Eu não estou falando de Governo, por favor, porque este debate está acima. Esse é um problema de Estado. Isso é civilizatório, é estrutural. Os Governos Estaduais não opinam nos licenciamentos. Os licenciamentos são todos federais. O Governo do Estado fica de mãos atadas, mudo, calado. O que pode é espernear, porque não consegue ser parceiro institucional. Não existe institucionalmente para dizer: *"Não, nessas condições aqui eu não libero a licença, pronto. Está empacada a obra, enquanto não tiver..."*. Não pode fazer isso, porque não depende dele a licença. Os Municípios *idem, idem, idem*.

Todos os licenciamentos são federais, e essa eu acho que é uma legislação que nós, paraenses e nordestinos... porque essa dor não é menor que a dor sofrida, ou já vivida, ou ainda vivida no Nordeste. Nós precisamos melhorar essas relações institucionais. Não é possível a gente continuar assistindo a isso.

Apresenta-se um projeto supostamente interessante para os interesses do Brasil — e produção de energia nós sabemos que é, porque nós estamos aqui consumindo, independente do conceito de sustentabilidade que cada um tem, nós estamos aqui sob o ar-condicionado (*ininteligível*) e precisamos de energia, mas isso não pode ser a qualquer preço. Não pode ser um projeto que interessa à matriz energética do Brasil, interessa a meia dúzia de empresários, e o povo da Amazônia padece a vida do cão: os movimentos sociais criminalizados, os índios bebendo nos botecos das cidades, porque estão num processo criminoso de agressão às suas identidades culturais etc., etc., etc., todos os problemas que vocês conhecem aqui melhor do que nós.

Então, eu acho que nós precisamos fazer alguma coisa. Eu comentava aqui com o Deputado Puty que eu não quero participar desse silêncio ruidoso. Eu acho que nós não temos o direito de participar dessa cumplicidade geral. Nós temos que reagir. Nós temos que nos indignar. Nós temos que mostrar para aqueles que



diziam, para os que alertavam que eram contra o desenvolvimento, que eram contra o progresso... Não é nada disso, gente, é evidente! Quem de nós aqui é contra o progresso de alguma coisa? Nós estamos querendo é melhorar a cidadania para todo o mundo. Agora, esses caminhos são tortuosos. O que já foi levantado... Como é que se consegue uma licença para uma boate dessas? O cara tira o “coisa”... Disseram-me que na inauguração dessa boate alguns figurões, inclusive da empresa, estavam presentes. Eu não posso afirmar isso e não vou dizer isso, mas são histórias, como disse a (*ininteligível*). Ouve-se dizer, está certo? Ouve-se dizer coisa dessa natureza.

O problema do tráfico humano, dessa organização criminosa... Essas mulheres, essas crianças são vítimas desse enredo todo, na sua grande maioria, ainda que tenham cometido crime, ainda que possam ser apenadas. Essas mulheres não saíram do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, amanheceram em um belo dia: “*Vamos embora para lá, para Altamira, para ver como é que é esse Xingu falado. Vamos comer um peixe lá*”. Não é assim. Elas foram articuladas por gente que estuda o mercado, que sabe onde é que essa atividade econômica vai ser mais rentável, onde podem tirar algum proveito. E se a gente não estiver articulado em rede, em articulação, como está se vendo aqui o interesse de se fazer isso — Câmara Municipal, Prefeitura, Polícia Federal, Polícia Civil, sociedade civil organizada —, se a gente não tiver uma agenda mínima para enfrentar isso, nós não vamos ter sucesso. Esse crime movimenta mais de 30 bilhões de dólares por ano no mundo inteiro, vitimiza mais de 3 milhões de pessoas no mundo inteiro por ano, e o Brasil está indo para o sexto lugar entre os países com mais tráfico de pessoas, vidas humanas.

Então, é preciso que se denuncie, sabe, (*ininteligível*)? Quero te parabenizar pela tua coragem, está certo? A gente se conhece já há algum tempo. E todos aqueles que fazem os movimentos sociais aqui na região do Xingu eu quero parabenizar. Nós temos que insistir, ainda que sejamos poucos. Agora muita gente vai refletir sobre isso que nós dissemos durante muito tempo.

O trabalho da CPI não tem apenas o objetivo de ouvir, como ouvimos aqui. Nós vamos encaminhar uma pauta, vamos voltar à Ministra Maria do Rosário, porque ela nos pediu que nós fôssemos verificar e tem sido uma pessoa interessada



em ajudar a superar... Não é que os problemas sejam da Secretaria de Direitos Humanos, mas o problema estoura no problema dos direitos humanos, estoura na rede social, na área social. Então é preciso sensibilizar.

É uma sugestão nossa — eu conversava aqui com o Deputado Puty, com o Deputado José Augusto — que nós possamos marcar uma audiência com a Ministra Miriam Belchior, que é uma pessoa sensível, no sentido de mostrar essa realidade que é desprezada. Desprezada por todos, independente de partido, de governo. Há um processo que é acima disso. *“Essas coisas daqui deixa pra lá, isso vai sendo tocado”*. Então, nós precisamos nos unir, para que essa voz possa ter o mínimo de ressonância, de eco, no Congresso Nacional.

Acho que nós devemos marcar, além dessas duas audiências com a Ministra Belchior e com a Ministra Maria do Rosário... Eu acho que nós temos que conversar, hoje ainda, na audiência em que vamos ouvir os presos lá, com o Secretário de Segurança Pública, Dr. Luiz Fernandes. E quero aqui parabenizar a atuação da polícia, que foi diligente nas investigações. Estão as quatro pessoas presas, mulheres envolvidas, a partir da denúncia que houve. Mas é preciso não só resolver o episódio, é preciso dar um caráter mais estrutural e de continuação à solução desses problemas, um deles — o que foi colocado aqui — o da redução do efetivo. É preciso que a gente possa melhorar essa questão do efetivo.

A legislação — e quero já antecipar para os senhores tudo o que foi dito aqui — de combate ao tráfico de pessoas é absolutamente inócua, obsoleta, seja o Código Penal, seja o Código de Processo Penal, o ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma lei que fantástica, extraordinária, mas tem as suas vulnerabilidades. Por exemplo, uma criança de 12 anos de idade — eu digo criança porque eu acho que uma pessoa de 12 anos é uma criança ainda — pode sair da rodoviária de Belém do Pará, com a identidade na mão, sem autorização do pai nem a tutela familiar, nada, ir parar em São Paulo sozinha, sem nada, e fazer da vida o que quiser. Eu acho isso uma imprudência. Eu acho isso uma falha do Estatuto da Criança e do Adolescente, e nós pretendemos superar esses hiatos que há na legislação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Também.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É, mas o ECA tem esse buraco, digamos assim. É uma lei, no geral, muito boa, mas esse particular precisa ser corrigido.

Acho que é muita vulnerabilidade, delegados aqui, vocês que lidam com essa coisa quase que no cotidiano, deixar uma criança de 12 anos poder circular livremente, sozinha, no Brasil inteiro, para onde quiser, sem nenhum conhecimento do familiar, sem pai autorizando, sem tutor autorizando, sem nada. Eu acho isso um excesso, uma liberalidade excessiva, enfim.

Eu acho que nós temos que procurar também o Judiciário, o CNJ e o STF, porque esses licenciamentos, como disse o Deputado Puty... E eu fico feliz em ouvir o Deputado Puty dizer isso, porque conhece o problema, sabe do problema e pode ajudar a desfazer essa imagem de que tudo o que se move contra ou ponderando questões relativas ao Projeto Belo Monte é tido como aqueles que são contra o desenvolvimento, são contra o Brasil, são contra o Governo, são contra isso. Vamos parar com isso! Nós não podemos... Nós temos que fazer um pacto aqui em favor do desenvolvimento da Amazônia, do Estado do Pará, do Município de Altamira, das pessoas que vivem aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é. Exatamente.

Eu fico feliz quando o senhor diz: *“A obra tem que parar enquanto essas condicionantes não forem cumpridas”*. Tem que parar mesmo! E é preciso que a gente vá ao Poder Judiciário, ao CNJ, ao STF e diga: *“Olha, não é possível mais continuar do jeito que está. Tem que parar a obra mesmo”*. Tem que ser revisto o rumo do desenvolvimento do projeto da criação dessa obra, para que a gente possa discutir um outro parâmetro. Esse negócio de desenvolvimento nós temos que discutir também que padrão de desenvolvimento nós queremos. Eu não sei se esse é o melhor caminho. Até duvido cada vez mais que seja. Mas, enfim, nós precisamos pelo menos que as condicionantes sejam observadas.

Gostaria, por fim, de pedir que todas essas questões, inclusive a que a Mônica colocou aqui, a Antônia, enfim, todos os que se manifestaram aqui sobre essa situação da criminalização dos movimentos sociais, que vocês pudessem nos



encaminhar não só para a CPI do Tráfico, mas também para a Comissão de Direitos Humanos. Porque é inadmissível isso que nós ouvimos aqui: as pessoas serem limitadas nos seus direitos fundamentais, inclusive de ir e vir, porque supostamente estão criticando ou condenando um projeto que está aí revelando a sua face perversa. E de uma empresa privada. Porque o consórcio... Eu disse para a Ministra: "Ministra...". *"Ah, porque vocês têm que denunciar o consórcio, as empresas"*. Nós estamos denunciando, mas o poder concedente é o Governo. Ninguém com mais autoridade do que o poder concedente para cobrar do poder concedido o cumprimento daquilo, porque se o Governo Federal se sente impotente para cobrar da Norte Energia das empresas que representa no CCBM o cumprimento das condicionantes, quem mais vai ter autoridade? Quer dizer, então nós precisamos fazer este movimento, no sentido de fazer com que essa situação... e que a gente possa ver não só resolvido este episódio, mas criadas as condições para que situações desta natureza possam não mais constar das estatísticas e que a gente não tenha que voltar aqui para fazer mais uma audiência pública e, como alguém disse, chorar sobre o leite derramado.

No mais, queria agradecer muitíssimo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É que eu queria dizer que, para mim, depois de tudo aquilo, o que a gente fechar aqui... mas tem uma coisa muito importante. Quando eu vi a Polícia Federal falar que ninguém quer vir para aqui porque as condições pagas não dão, o custo de vida aqui aumentou... A Polícia Civil da mesma forma. Quero parabenizar o trabalho dessas polícias, do Conselho Tutelar e dos direitos humanos e todos aqui que estão envolvidos. Aqui só estou vendo os órgãos federais. Aqui só tem gente querendo resolver o problema que a gente vê. Quem vem aqui é porque tem amor a esta terra e está sentindo os problemas. Agora, é como dizem: temos que encontrar uma forma... Vejam bem o que foi dito agora... Eu quero, Presidente, e não é para lhe fazer média aqui, nem com os Deputados, porque esses dois Deputados... Eu disse que não sou daqui, sou de Pernambuco, tão distante, mas o empenho desses dois Deputados tem sido muito grande com a preocupação com o seu Estado, com relação a esses



problemas sociais estruturais. Mas quero dizer o seguinte: que temos que encontrar uma forma para, na paralisação da obra... porque aí, quando o sapato apertar neles... Porque tem uma coisa aqui: 20% não foram cumpridos. O Lobão me disse. Ora, daquilo que foi acertado dentro do contrato, se 20% não foram cumpridos, já se tem motivo, mais do que motivo, para uma paralisação. Onde? Vamos ter que encontrar o caminho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Já são 80% — 80% de motivos, não é? Vejam só. Então, esta Comissão... Como Comissão, mas também como Deputados, temos que encontrar uma forma de como... Como disse, o poder concedente, o Governo Federal, que foi o que concedeu, e também observar tudo isso.

A Ministra nos colocou, que foi... Digam vocês, a gente tem que dizer aqui. No momento, foi uma reunião pesada no Ministério. Por quê? Porque os Deputados... Nós viemos aqui, nós queríamos ouvir. E ela disse... Quero dizer aqui, estou reiterando aqui... Vocês vão ver, vão ouvir, e nós vamos voltar para dizer a realidade. Porque há aquela coisa, como dizem: “*Não se pode tudo. É a obra e tudo. É a obra*”. Não. Nós temos que ver sobre esse tipo de desenvolvimento que eu estou observando aqui, mas temos que levar em conta... Vai haver uma audiência, vai haver dez, mas, se não se resolverem esses problemas mínimos, porque são mínimos... Há uns mínimos aqui que têm de ser concluídos.

Eu quero dizer que, tenho certeza, a gente vai chegar a um denominador comum, para começar a caminhar com esse trabalho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado José Augusto.

Por fim, eu queria, finalizando, agradecer a presença a todos aqui: instituições — Ministério Público, Polícia Federal, Ministério do Planejamento, universidades, Conselho Tutelar, Polícia Civil —, movimentos sociais, Conselho Municipal, Vereadores e outras entidades que já se foram.

Nós vamos deixar aqui os telefones. Os telefones diretos da CPI, que estão à disposição de todos: 3216-6210 e 3216-6275 — vamos repetir com calma, porque o pessoal está anotando: 3216-6210 e 3216-6275. O código é 61, de Brasília. Há o e-



mail específico da CPI, ao qual todos podem encaminhar denúncias, documentos e pedidos: cpitraficodepessoas@camara.leg.br.

Deputado Maia, temos que deixar o telefone aqui. Os telefones do Deputado José Augusto Maia são de Brasília: 61-9164-1156 e, do seu gabinete, 61-3215-5758; do Deputado Arnaldo Jordy, 91-9112-3372 e, do gabinete, em Brasília, 61-3215-5376. O Deputado Cláudio Puty vai passar o dele.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Sobre a CPI do Trabalho Escravo, o que tivemos de atividades? Tivemos atividades no Pará, como eu disse anteriormente. Estou fazendo referência à fala da Procuradora.

Em primeiro lugar, a legislação que nós temos é suficiente para tratar deste caso e me parece suficiente para tratar também do caso de exploração sexual. É preciso cumprir a legislação. Parece-me, então, que não é problema de reformulação de legislação, apesar de que estávamos brigando para endurecê-la.

Nós aprovamos a PEC do Trabalho Escravo na Câmara, no ano passado, que gera a mesma regra para áreas em que se encontram psicotrópicos e para áreas em que se encontra trabalho escravo. Trata-se de expropriação da área. Ela está no Senado. Obviamente, ela não é consensual na Casa, particularmente no que se refere à bancada ruralista, mas nós temos conseguido algumas vitórias importantes.

Na semana que vem, vamos à Bolívia, para tratar inclusive da relação do tráfico de trabalhadores bolivianos para a indústria têxtil de São Paulo.

Todos sabem que as Casas Pernambucanas, a Marisa, a Zara, a C&A, dentre outras, já foram autuadas por trabalho escravo, porque elas compram de oficinas terceirizadas que usam o trabalho escravo, particularmente de bolivianos. Nós vamos à Bolívia firmar um pacto com o Governo boliviano, que também tem sido parceiro nesse combate.

No que se refere a este caso específico, eu gostaria de conversar depois com a Procuradora, que diz que a autora da ação, no que se refere ao enquadramento deste caso como trabalho escravo... Se nós pudermos ajudar a dar visibilidade e a fazer pressão, para que esse caso encontre a maior repercussão possível para o seu enquadramento nesse tipo penal, o que significa, na prática, maiores penas, estou à disposição. Meu telefone é 61-9951-3271; em Belém, 91-9160-1310; do gabinete, em Brasília, é 61-3215-9044.



Muito obrigado.

Obrigado, pela presença, a todos aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois bem. Agradecemos a todos.

Uma boa semana, bom final de segunda-feira.

Vamos à luta.

Obrigado.